

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 15ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.821

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Cheiro de Relva, realizado no Município de Viçosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o evento Cheiro de Relva, realizado no Município de Viçosa.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.822

Acrescenta incisos ao art. 2º da Lei nº 12.998, de 30 de julho de 1998, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 2º da Lei nº 12.998, de 30 de julho de 1998, os seguintes incisos V, VI e VII:

“Art. 2º – (...)

V – estimular o desenvolvimento da fruticultura de base ecológica como estratégia de diversificação da agrobiodiversidade e da segurança alimentar e nutricional, de incentivo à inclusão produtiva e de promoção de trabalho e renda, favorecendo o desenvolvimento territorial sustentável;

VI – promover a conservação e a recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola baseados em recursos renováveis;

VII – ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de frutas de base agroecológica e orgânica, com ênfase nos mercados locais e regionais.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.823

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mendes Pimentel o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mendes Pimentel o imóvel com área de 2.000m² (dois mil metros quadrados), situado na Rua Bom Jesus, no Centro, naquele município, e registrado sob o nº 1.782, a fls. 125 do Livro 3-A, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mantena.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à instalação do Conselho Tutelar, da Secretaria Municipal de Transportes, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e de almoxarifado e garagens das secretarias municipais.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Fica revogada, no Anexo I da Lei nº 22.606, de 20 de julho de 2017, a linha referente ao imóvel de código 007932-7, objeto desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.824

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Casa do Café com Leite, localizada no Município de Ouro Fino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, a Casa do Café com Leite, localizada no Município de Ouro Fino.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.825

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017, o seguinte inciso XX:

“Art. 4º – (...)

XX – coletar, sistematizar e disponibilizar as informações culturais referentes às mulheres que atuam como técnicas, artistas e produtoras culturais do Estado, por meio de plataforma para o mapeamento e o zoneamento setorial e territorial, entre outros dispositivos.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/6/2024

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Ulysses Gomes; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2023; renovação da votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 40/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.835/2023; encerramento da discussão; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.870/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.309/2024; discurso do deputado Sargento Rodrigues; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel; apresentação das Emendas nºs 1 a 18; encerramento da discussão; recebimento das Emendas nºs 2, 3, 6, 7 e 11 a 18; não recebimento das Emendas nºs 1, 4, 5 e 8 a 10 – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Dr. Jorge Ali – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Cumprimento o presidente Tadeu, os senhores deputados e as senhoras deputadas. Um bom dia a todos e a todas! Obviamente, eu queria fazer uma manifestação, presidente, que caberia até uma questão de ordem, mas eu acho que é relevante considerar que essa manifestação, em nome do Bloco Democracia e Luta, conste nos anais da Casa e na discussão desta ata. Então, em nome do Bloco Democracia e Luta, presidente, eu queria registrar a nossa manifestação de repúdio ao governo Zema por infelizmente estar tratando essa discussão não só com descaso com os servidores, mas também com perseguição, com ameaça a diversos deputados. Em nome do bloco, eu quero manifestar essa declaração de repúdio em solidariedade à deputada Chiara Biondini pela perseguição e ameaça que tem recebido do governo Zema; da mesma forma, a deputada Lud e o deputado Arnaldo, enfim, os deputados que votaram a favor da segurança pública e dos servidores públicos. Não é nenhuma composição de lado partidário ou bloco, mas, sim, a favor de um movimento que mereceria, no mínimo, respeito do governo. Então quero registrar essa solidariedade em nome de cada deputado e deputada do nosso bloco que também se sentiu indignado com um governo que não dialoga, não constrói alternativa e acha que isso se dará em forma de ameaça. Tudo na vida e na política tem limite, mas compreendemos que o governo extrapolou o limite e não está pensando nem mesmo no dia seguinte. Faltaram-lhe consideração e respeito. Então, da nossa parte, registra-se toda a solidariedade a esses deputados em nome da deputada Chiara, da deputada Lud, do deputado Arnaldo, de todos os que compreenderam essa luta e união dos deputados e das deputadas em favor dos servidores do nosso Estado de Minas Gerais. Continuamos na luta a favor dos servidores!

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, digo a V. Exa. que serei muito breve; não vou utilizar nem mesmo o tempo de 5 minutos. Da mesma forma, eu quero também ser solidário à ilustre colega Chiara Biondini, pois o que fizeram com ela ontem, presidente, é bem a cara do governo Zema. Quero até fazer um apelo ao jornal O Tempo, que colocou lá, entre aspas, “pela traição”. Eu quero falar aos jornalistas do jornal O Tempo: a Chiara não traiu ninguém. Pelo contrário, a Chiara votou consciente. Quando o deputado vai às urnas, quando vai pedir voto, uma das coisas que fala para o eleitor, deputado Caixa, é que ele vai ser um deputado independente, que vai votar com consciência, que vai rejeitar determinadas matérias e aprovar as boas. E essa daqui, a Emenda nº 57, nada mais é aquilo, Chiara, que o próprio governador disse várias vezes: “Eu assumo o compromisso de fazer a reposição da inflação ano a ano”. Agora, quem mentiu? Quem mentiu foi o governador Romeu Zema. Então V. Exa., mesmo sendo uma jovem deputada, a mais jovem do parlamento estadual, é uma pessoa de fibra, é uma pessoa de caráter e uma pessoa que demonstra personalidade. E, acima de tudo, V. Exa. está cumprindo aquilo que disse ao eleitor: que seria independente, que votaria com a sua consciência, e é isso que nós esperamos. Nós temos um colega deputado aqui que votou, no mandato passado, as três parcelas para a segurança, mas, depois, recebendo um afago do Zema, ajudou a manter o veto do governador. Ele votou pela aprovação e, depois do afago, votou pela manutenção do veto, ou seja, ele mesmo se colocou numa situação, eu diria, esquizofrênica do ponto de vista da sua consciência, do seu direcionamento, do seu mandato. Ele foi lá, Caixa, e votou duas vezes a aprovação das três parcelas do projeto. Depois o governador falou: “Eu mudei de ideia. Essas duas parcelas não podem mais”. E ele foi lá e falou: “Eu também mudei de ideia, governador, eu vou manter o veto”. E é deputado que, às vezes, chega aqui e fica falando de vício de iniciativa. Então eu queria parabenizar V. Exa., a deputada Lud Falcão e o companheiro Arnaldo Silva, que tem demonstrado personalidade, caráter e independência ao presidir a CCJ, porque é disso que o Parlamento precisa. O Parlamento precisa de deputados e deputadas destemidos, conscientes e coerentes. Parabéns.

A deputada Bella Gonçalves – Presidente, vou ser muito breve, porque hoje nós temos muitos projetos em votação na pauta. Eu queria parabenizar, pela mobilização, os servidores e as servidoras, que escancararam a cara de pau do governo Zema nesta legislatura e nas legislaturas anteriores, mostrando a contradição de um governador que vai receber um dos maiores salários do Brasil, o maior salário dentre os governadores, e que quis dar um reajuste de miséria, que, na verdade, representa perda salarial para os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Se o governador Zema diz que o servidor público insatisfeito pode ir para a iniciativa privada, eu queria dizer que ele também volte para as lojas Zema e deixe o nosso Estado de Minas Gerais ser governado por quem tem compromisso com o serviço público, por quem tem compromisso com a saúde, com o meio ambiente, com as universidades federais, com a segurança pública. Eu também queria aproveitar, presidente, este momento e falar de uma coisa que me chamou muito a atenção. Durante esses dias, os jornais falaram que o Gustavo Barbosa, então secretário que ajudou a arquitetar o plano de destruição total do Estado de Minas Gerais – e eles insistiam em chamar de plano de recuperação fiscal, e nós o derrotamos – recebeu o equivalente, em salário, a R\$3.400.000,00 pelo Estado de Minas Gerais. É isso mesmo, uma vaia para o Gustavo Barbosa, uma vaia para o governo de Minas Gerais, que permite a imoralidade de o governador e os seus secretários receberem salários de R\$3.400.000,00 num tempo curto e, além disso, quer congelar salários, promover arrochos, privatizar as estatais, enfim, destruir o Estado de Minas Gerais. Hoje é um dia muito importante, porque hoje, mais do que um dia de desmascarar a covardia e a cara de pau do governador Zema, que disse uma coisa nas eleições e fez absolutamente outra no seu governo, é dia de cobrar a coerência de cada um dos colegas deputados, de cada pessoa que foi eleita pelo povo, que é atendido pelo serviço público ou pelo servidor público.

Nesse sentido, eu também deixo aqui as minhas palavras para parabenizar aqueles que, mesmo compondo a base de governo, somaram-se a nós, que estamos sempre na batalha em defesa do serviço público, não se acovardaram e votaram a favor do servidor. Vamos juntos, vamos derrotar o Zema hoje e dar a vitória para todos esses servidores, que merecem isso. Vamos juntos!

O deputado Caporezzo – Bom dia, presidente; bom dia, colegas deputados estaduais. Deputada Chiara, por favor, venha para o meu lado. Galeria, por gentileza, só um minuto, escute o que eu vou falar agora. O que aconteceu com a deputada Chiara é a expressão máxima de que esse governo só tem de novo o nome. Assim como a deputada Chiara, eu também fiz uma indicação no início do ano passado, porque nós acreditávamos no governador Romeu Zema. Eu indiquei o Cel. Zancanela para estar à frente de um dos principais pilares da Polícia Militar, e o que eles me falaram? “Ou você vai votar no Parlamento no nosso candidato ou a gente vai tirar o coronel de lá”. Ei, eu não sou puta, não! Meu voto não está à venda! Este governo sempre teve com esta deputada aqui uma parceira para votar tudo. Bastou que ela divergisse uma única vez para votar com a segurança pública, com o policial militar, com o policial civil, com o policial penal, com o bombeiro militar, com o agente socioeducativo para todas as nomeações dela serem retiradas, exoneradas? Espere aí! Que parceria é essa? É a parceria em que o que prevalece são os conchavos, Zema? É assim a nova forma de fazer política? Você faz uma indicação, por ser parceiro do governo, e você assina um contrato sabe de quê? Vendendo a sua alma para o governo! Para você poder manter uma indicação de alguém que vai agregar para o Estado, você tem que se vender aqui dentro. Então perde este governo e mostra a verdadeira cara da velha política. De novo esse governo não tem nada! Respeitem a segurança pública, respeitem o servidor. A direita vive em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

A deputada Chiara Biondini – Bom dia a todos, bom dia a todos os servidores que estão aqui, bom dia também às comunidades terapêuticas que se fazem presentes. Eu quero, mais uma vez, reiterar o meu apoio incondicional e irrestrito à segurança pública e aos servidores. Não tem nada, não tem retaliação, não tem ameaça que vá me impedir e que vá me fazer mudar de voto. Eu tenho caráter, eu tenho consciência, eu sei o que é certo! Governador Zema, o senhor um dia disse que os deputados só querem tirar foto com o senhor. Eu não quero tirar foto com o senhor, não; eu quero defender o povo mineiro. Contem comigo! Vamos juntos! E me perdoe, comunidade terapêutica, porque eu não consegui ajudar vocês. Para me punir, o governador está punindo Minas Gerais, o governador está punindo famílias e jovens que precisavam ser recuperados. Perdoem-me, eu não tenho o que fazer. Mas contra a minha consciência eu não voto, não. Contem comigo, servidores públicos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2023, da deputada Bella Gonçalves e outros, que acrescenta o art. 5º-A à Constituição do Estado para garantir a gratuidade no transporte público coletivo intermunicipal de passageiros nas regiões metropolitanas do Estado nos dias em que se realizam as eleições. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Antonio Carlos Arantes. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão Especial.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Araldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 40/2023, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação, de conformidade com o art. 192, c/c o art. 260, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 40/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.835/2023, do Tribunal de Justiça, que cria, extingue e transforma cargos de provimento em comissão no quadro de pessoal dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, altera a Lei nº 23.478, de 6/12/2019, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Um bom-dia a todos que nos acompanham das nossas galerias, aos servidores que estão aqui, mais uma vez, em luta e aos nossos parlamentares.

Eu queria dizer, em relação ao PL nº 1.835/2023, do Tribunal de Justiça, que é uma matéria que está pacificada, na compreensão do nosso Parlamento, por entendermos que se trata da autonomia do Poder Judiciário, que constitui e organiza a sua estrutura dentro dos limites do que preconiza a própria lei e a orientação do próprio CNJ.

Mas eu queria, presidente, aproveitar a oportunidade da minha fala para dialogar com os servidores que estão aqui presentes e com os nossos parlamentares. Quero aproveitar esta oportunidade – eu não quis me pronunciar na forma de encaminhamento nem de questão de ordem – e também fazer aqui um manifesto de solidariedade à deputada Chiara. Eu fiquei surpreso hoje de manhã, na hora em que eu vi nos jornais que o governo do Estado havia exonerado pessoas próximas da deputada porque ela havia votado a favor dos servidores. Eu fiquei estarecido e falei: “Agora o governo chegou a um novo nível, não é?”. A gente vinha discutindo durante a semana toda. Primeiro nível: não conversava e nem dialogava com os servidores nem com a sua

representação sindical. Segundo nível: os profissionais da segurança foram agredidos pela segurança do governo quando estavam se manifestando pelos seus direitos. E, agora, o próximo nível: a perseguição e a retaliação.

Agora eu me dirijo aos colegas parlamentares. A deputada Chiara recebe aqui de nós a solidariedade do bloco de oposição. Ela compõe o bloco do governo. (– Manifestação nas galerias.) Agora está sendo com a deputada Chiara, e quem será o próximo? Quem será o próximo a ter a sua liberdade legislativa, a sua autonomia legislativa, a sua consciência sequestrada pelo Poder Executivo? Olha, meus amigos, acho que a coisa ficou muito séria, muito grave. Não se trata mais da disputa do governo sobre ponto de vista a respeito do projeto; agora se trata de um ataque ao Poder Legislativo. Uma parlamentar que sofre uma retaliação desse nível... E vejam vocês, nem após a retaliação ela se curvou. É uma deputada jovem, que permanece firme nos seus princípios e propósitos.

Eu quero dizer a vocês que estou aqui, nesta Casa, em meu terceiro mandato e nunca vi, durante todos esses anos, um governo que desafiasse o Poder Legislativo, quando o Poder Legislativo tem unidade, tem união. O governador vai precisar de todos vocês não só nessa matéria, mas até o final do mandato. Sabem o que vai acontecer se os colegas que estão com a consciência chamando para votar conosco, mas, por pressão do governo, não se sentem confortáveis?

Sabe o que vai acontecer se vocês votarem junto conosco o reajuste dos servidores? Absolutamente nada, porque o governo não terá coragem de enfrentar todos nós; o governo não terá coragem de enfrentar 77 deputados. Sabe o que vai acontecer no dia seguinte se o reajuste do servidor for aprovado? Ele vai abaixar a cabeça, vai chamar a base de novo para conversar e vai abaixar a bola. É o momento de vocês, que estão insatisfeitos, de darem um recado, em alto e bom som, ao governo do Estado. Quem eu chamo são os parlamentares do Poder Legislativo da terra de Tiradentes, que lutou na Inconfidência, para, da mesma forma, lutarem aqui pela liberdade do Legislativo. Obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Ricardo Campos. Portanto, votaram “sim” 61 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.835/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.870/2023, do procurador-geral de Justiça, que altera o quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 63 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.870/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Alê Portela (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Coronel Sandro (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Jorge Ali (PSB)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.309/2024, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de parabenizar os bravos servidores públicos... que aqui vieram participar da votação desse projeto, o famoso projeto das migalhas. É o projeto das migalhas. E por mais que a gente esteja ouvindo aqui alguns colegas que votaram, que derrotaram as nossas emendas, numa atitude e achando assim: “Olha, eram 3,62%, passou para 4,62%, então é algo extraordinário”. Como se realmente fosse algo extraordinário, mas não é. Pelo contrário.

Eu quero aqui falar não só para os 33 deputados que votaram para derrotar as nossas emendas – especialmente para os 33 que votaram “não” às emendas – e trazer aqui algo que é matemática. E aqui hoje nós estamos com muitos professores e professoras ... Talvez, se alguém aqui ainda não aprendeu a fazer essa conta, está na hora de aprender, porque o que não falta aqui hoje é professor e professora. Mas eu quero aqui, deputado Professor Cleiton, perguntar o seguinte aos deputados e às deputadas que tiveram a coragem de votar “não” às emendas: o que os senhores fizeram na prática? Os senhores contribuíram em quê? Porque, quando nós propusemos a emenda dos 10,67%, que era a inflação de 2022 e 2023, nós estávamos pensando em ter o mínimo de recomposição, da ordem de pelo menos 5%. Sabe por que, deputado Alencar? Porque, quando a gente faz as contas...

É esse cartaz que está aqui. E eu fiz questão de trazer de forma didática, de forma matemática. Copiei o que está aqui e coloquei aí nas mesas dos senhores deputados e das senhoras deputadas. Será possível que o deputado não vai ler esse panfleto que

nós colocamos? Será que o deputado não está fazendo conta? E qual é a conta a que nós chegamos, Professor Cleiton? A conta é a seguinte: olha, deputado Bim da Ambulância, ao votar 4,62%, o senhor está acrescentando, conforme está nesse panfleto, R\$194,00. E o senhor entende bem, sabe por quê? O pai do senhor é cabo reformado, então o senhor entende bem dessa conta. Ao votar 4,62%, o senhor acrescenta R\$194,00 no salário do soldado. Ai depois, Thiago Cota, aquele projeto que está lá na CCJ, aquele difícil lá do IPSM, de 22,34%, que vai descontar 5,5% no salário, o desconto é de R\$241,00, e a inflação de 4,62%, Dr. Maurício, ou seja, acresce R\$194,00. Ao final, os senhores terão retirado do salário de um soldado – aquele soldado, Dr. Maurício, quando o senhor precisa dele lá em Ouro Fino, aquele que te socorre sempre, o soldado, o cabo, o sargento –, que é quem vai lá te socorrer, é dessa classe que o senhor vai tirar R\$48,00. É isso! O senhor vai retirar R\$48,00 do salário do soldado.

Agora, à medida que vai subindo cabo, sargento, subtenente, tenente, capitão, o desconto vai aumentando, Dr. Maurício. Não é possível que os senhores não tenham sensibilidade! Onde está a sensibilidade do deputado? Onde está a sensibilidade do deputado para dizer para o governador: “Governador, não tem jeito de votar isso, de virar política de governo”. E falar: “Nós não podemos fazer isso com os servidores”.

Eu estou trazendo aqui o exemplo da segurança, porque, quando se trata da Polícia Civil, do investigador, do escrivão, quando se trata da Polícia Penal, do socioeducativo, é a mesma situação. Só que lá o desconto não é no IPSM, é no Ipsemg. Os senhores estarão, na prática, fazendo uma recomposição de 4,62%, que é o IPCA de 2023, mas os senhores estarão tapando os olhos e se esquecendo do IPCA de 2022. Será que é isso? O mais incrível, Dr. Maurício, é que os senhores, quando houve o aumento de 298%, votaram felizes da vida. Foram 298%, deputado Antonio Carlos Arantes, que os senhores votaram de forma tranquila – 298%! Votaram. E agora? Vocês vão votar essa migalha?

Olha, eu vou falar com os senhores uma coisa: a gente explica para o deputado, na comissão, deputado Doutor Jean, e parece que ele está em outro planeta quando a gente está falando. A gente vai à comissão de novo; e é a mesma coisa. Mas, quando é interesse do governador, o deputado tem uma atenção...

Eu vi aqui o deputado Alencar, na última votação, dizendo: “Essas emendas autorizativas não dão em nada. Eu votei isso”. Eu queria que o Alencar estivesse aqui, mas ele foi à cantina. Ele está me ouvindo – ele está lá na cantina, mas ele está me ouvindo. Deputado Alencar, você disse no Plenário, na semana passada, que o senhor já votou várias emendas autorizativas que não deram em nada. Então vote essa. Já que V. Exa. entende que não vai dar em nada, vote essa emenda. Eu dei uma olhada aqui...

Daqui a pouco eu vou dar um aparte a V. Exa. Eu tenho ainda mais 53 minutos, pode ficar tranquilo. Eu estive olhando o projeto do governador. No mandato passado, V. Exa. era um crítico ferrenho do mandato do governo, mas votou favoravelmente aos 298%. Eu também olhei aqui que, quando da votação do veto, mesmo o governador aprovando as três parcelas e depois recuando, V. Exa. manteve o veto, votou com o governador.

Então eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: isso não cabe à segurança pública. Deputado Alencar, a emenda é autorizativa. Essa emenda que V. Exa. assinou, essa, que os 77 assinaram, é impositiva. V. Exa. a assinou, Alencar, e V. Exa. vai votar favoravelmente ao parecer principal. Então eu queria fazer uma pergunta objetiva, já que V. Exa. veio: já que V. Exa. falou que as emendas não dariam em nada, que ela é autorizativa, e o Bechir falou que tinha vício de iniciativa, eu falo que não tem, até porque dessa área eu aprendi alguma coisa no meu curso de direito e, de forma muito especial, no direito constitucional. Eu queria que V. Exa. explicasse qual é a diferença dessa emenda, que quase 30 deputados assinaram – aliás, a primeira, a 57, 32 parlamentares assinaram –, da emenda que V. Exa. assinou junto com o restante. Se V. Exa. puder explicar... Eu sei. Ai eu vou mostrar a V. Exa. que V. Exa. pode votar sem medo. Porque quando V. Exa. diz “não” ao servidor, V. Exa. está atendendo é o governo. Agora, é justo, Alencar? É justo – olhe aqui essa placa – votar 4,62%, depois descontar 5,5%, e, ao invés de ter acréscimo, nós vamos ter decréscimo no salário? Não é possível que os senhores não se sensibilizem. Nós aprovamos a emenda dos 10,67% “Ah, Rodrigues, não vai dar em nada”. Deixe o governador decidir, Alencar.

Então eu faço um apelo. Apresentei uma nova emenda – olhe aqui – de 5,79%, o restante da inflação, já que os 4,62% já estão garantidos. Está aqui: Sargento Rodrigues, Ana Paula, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Betinho Pinto Coelho, Betão, Bruno Engler, Caporezzo, Delegada Sheila, Delegado Christiano Xavier, Celinho Sintrocel, Doutor Jean, Coronel Sandro, Cristiano Silveira, Elismar Prado, Eduardo Azevedo, Leleco Pimentel, Leninha, Luizinho, Lohanna, Lucas Lasmar, Macaé Evaristo, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Ulysses Gomes. Nós apresentamos essa emenda, Alencar, e aqui eu vou deixar você bem mais à vontade, que diz respeito à inflação de 2022, que é de 5,79%, para que o governo pague, pelo menos, a partir de janeiro de 2025. É emenda autorizativa, Alencar. Quem sabe? Está vendo o tanto de deputado que assinou? Eu tenho certeza de que esses parlamentares estão aqui querendo é fazer justiça. Agora, se V. Exa. vai falar “Rodrigues, o governador vai vetar”, deixe ele vetar, então, Alencar, mas vote com a gente. É um apelo que eu estou fazendo. V. Exa. tem a palavra.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Eu gostaria de agradecer e fazer o seguinte: eu votei a autorizativa no Aécio Neves, no Pimentel – no Pimentel ainda votei a autorizativa, e o pagamento nem saiu. Eu votei a impositiva no governo passado para pagar. Se votar nesse também, ele vai vetar e não vai pagar. Isso aí funciona muito, eu falava com o Bechir e com o pessoal, para o pessoal novo aqui. E nós sabemos como é. Agora eu falo com V. Exa. também: aprovam-se os 10,27%. Se o governador vetar, esta Casa vai derrubar o veto. Se ele for para a Justiça e não pagar... Se ele pagar, eu renuncio o meu mandato. Se ele não pagar, V. Exa. renuncia também. Nós podemos fazer isso, porque aí nós vamos ver que a verdade vai chegar aqui agora. A verdade vai chegar. Não adianta jogar para a plateia. Não adianta pensar que vai pegar todo o funcionalismo e vai colocar a segurança, que está precisando – a educação precisa e a saúde precisa. Eu acho que nós temos que voltar à conversa de categoria com categoria, e você sabe fazer isso – V. Exa. sabe e já fez no passado. No passado, pegava só uma categoria, e pegava outra categoria. Então eu fico muito à vontade hoje, nesses anos todos, de votar, mais uma vez, da maneira que eu achar ser a certa.

Não vou jogar para a plateia, mas sou parceiro de abrir um novo canal de negociação com a segurança. Vaia igual a essa eu tomei quando o meu time estava caindo para a Série B.

O deputado Sargento Rodrigues – Antes de responder ao deputado Alencar, eu queria cumprimentar o nosso amigo, o nosso dileto amigo que aqui também esteve conosco, o deputado federal Eros Biondini, pai da colega Chiara Biondini. Muito obrigado pela presença. Que V. Exa. continue brilhando no seu trabalho em Brasília.

Deputado Alencar, há uma diferença entre jogar para a plateia e demonstrar uma insatisfação do Parlamento ao governador – aquela insatisfação que você tinha no primeiro mandato do governo Zema; aquela insatisfação da qual você era um crítico ferrenho no primeiro mandato do Zema, e não sei por que mudou de opinião! Apesar de ser formado em jornalismo, V. Exa. sabe matemática; V. Exa. pode até não entender muito de direito, mas V. Exa. entende um pouco de matemática. A conta é esta aqui! Esta é a conta! Ou seja, na prática, V. Exa. vai tirar R\$48,00 do salário do soldado; não só V. Exa., como aqueles que votarem pela derrubada da emenda. Isso vai acontecer também na Polícia Civil – vai acontecer na Polícia Civil!

Então, deputado Alencar, eu quero continuar fazendo o apelo a V. Exa., porque V. Exa. não perde nada em votar a favor; V. Exa. está em seu 8º mandato e não deve satisfação a governador Romeu Zema; V. Exa. não precisa cumprir orientação de líder do governo. Sabe por quê? É porque V. Exa. está em seu 8º mandato, deputado. Então V. Exa. pode votar e pode falar assim: eu vou votar, sim! E deixe o Zema resolver! Eu vou continuar contando com o voto de V. Exa.

Do ponto de vista jurídico, eu acho que aprendi um pouquinho mais que V. Exa., até porque eu me sentei na cadeira do curso de direito e me especializei em direito constitucional exatamente para poder trazer um convencimento aqui, mas um convencimento com capacidade e fundamentação jurídica. Eu queria pedir silêncio porque vou fazer uma leitura, deputado Alencar, que serve para você e para os colegas que estão aqui. Deputado Delegado Christiano, eu gostaria muito da atenção de V. Exa.

Eu queria deixar registrado algo que é fundamental para que os senhores deputados entendam a gravidade, deputado Bechir, do que vou ler aqui. Por favor, Vladimir, deixe-me fazer essa leitura porque ela precisa ficar registrada nos anais da Casa! Nós somos os porta-vozes de quem está do lado de fora, mas, muitas vezes, o deputado acha que isso é retórica da gente. Eu estou com um áudio de um delegado de polícia no meu celular. Eu perguntei: “Doutor, o senhor que está aí, no interior, combatendo o crime, como está a situação?”. Deputado Mauro Tramonte, é até bom o senhor prestar atenção nessa leitura! Ele falou: “Não coloque o meu áudio porque senão eles vão me retaliar”. Aí eu falei assim: “Então eu vou transcrever a fala do senhor para ler na tribuna” – ele falou que isso eu poderia fazer.

Esse relato, Tramonte, para o senhor que mexe com veículo de comunicação em massa, é um relato muito sincero de quem está lá na ponta – não é meu o relato. E há muitos colegas deputados e deputadas que não entenderam isso ainda; não entenderam porque isso que o governo está fazendo é tão grave. Então prestem atenção!

“Deputado, boa noite! Tudo bem? É um prazer estar falando com o senhor. Eu entendo, conforme coloquei por escrito, perfeitamente o posicionamento técnico e jurídico do senhor. O que eu queria pedir para o senhor, se possível for, é que seja feita uma abordagem e mais uma tentativa de sensibilizar o Executivo, sensibilizar o governo, porque eu vou falar uma coisa para o senhor: eu tenho 17 anos como delegado de polícia de Minas Gerais; estou há 17 anos delegado de polícia de Minas Gerais e nunca vi tantos policiais civis como militares tão desmotivados na ponta da lança! Hoje o que a gente vê são os policiais civis simplesmente cumprindo o básico, o básico do básico: deixando de tomar iniciativas em ocorrências; deixando de proceder em operações de iniciativa; desmotivados a praticar operações; desmotivados a sair para a rua e investigar – estão fazendo o básico. Quanto aos policiais militares, embora eu não esteja lá dentro, a gente vê, no dia a dia, que a quantidade de ocorrências apresentadas diminuiu muito, diminuiu absurdamente muito não só aqui, na nossa região, mas no Estado inteiro.” Eu deixei de colocar a sede da comarca para que ele não fosse identificado.

“A gente tem contato com delegadas e com delegados do Estado inteiro, e a Polícia Militar, nitidamente, diminuiu muito, é claro! As instituições, por meio de suas chefias, estão fazendo propaganda de operações e cobrando operações, mas são operações pró-forma, operações para inglês ver! É aquela blitz que não pega ninguém.”

Tramonte, você, como policial, sabe perfeitamente que são operações para mostrar estatística, mostrar número.

“Ninguém deixa de fazer e de cumprir aquilo que é essencial, mas a desmotivação é latente e é muito gritante! Então eu peço para o senhor, já que é notório – nós temos essa defasagem em recomposição das perdas inflacionárias – que o governador fez um acordo, uma proposta, mas, depois que essa proposta foi aprovada pelos senhores ali, na Assembleia, ela foi descumprida. Todos os servidores vão permanecer desmotivados! Se vier apenas 4,62% de reajuste, nada vai mudar! As mobilizações e a estrita ilegalidade vão continuar. E o que é pior: a desmotivação vai continuar!”

Talvez seja isso, Tramonte, que eles não entendem, mas o senhor entende porque o senhor esteve lá. É isso que eles, os deputados e as deputadas, não estão entendendo; é isso que o governador não entende.

“Então, os 4,62% nada vai mudar; as mobilizações e a estrita ilegalidade vão continuar. E o que é pior: a desmotivação vai continuar. Não adianta ficar entregando viatura zero quilômetro, arma nova e arma moderna se o policial civil, o policial militar, o policial penal e o bombeiro não estiverem motivados! E a motivação que a gente busca hoje é o mínimo – é o mínimo, não é? É o respeito através da reposição da inflação.

Então, assim, o senhor me desculpe pelo áudio um pouco extenso, mas eu peço encarecidamente ao senhor que tem tantos anos de trabalho na política, se puder, amanhã, buscar alguma forma de tentar fazer com que a segurança pública de Minas Gerais... Eu, em 17 anos, nunca estive tão preocupado com a falta de motivação, e essa falta de motivação, em médio e longo prazo, vai acabar refletindo no aumento do índice de criminalidade. Isso é notório e, infelizmente, pode ser irreversível. Isso, infelizmente, pode ser irreversível, está bom?

Então eu agradeço a atenção do senhor. Mais uma vez, muito obrigado. Coloco-me à disposição aqui para qualquer coisa, se o senhor precisar. Um abraço! Boa noite! Fique com Deus!”.

Quando eu recebi esse áudio ontem, Tramonte, eram cerca de 10 horas da noite. Então eu acho que o próprio deputado Leonídio, o deputado Caporezzo, o deputado João Junior e o deputado Arnaldo viram o que é isso lá no Triângulo quando os lojistas fecharam as joalherias e a polícia, realmente, está na estrita legalidade. Sabe o que vai restar no final da votação, deputado Tramonte? O governo hoje... A gente está vendo aqui, pelas nossas contas, que o governo tem número para nos derrotar; novamente ele tem número para nos derrotar. Porque o governo, para trazer o deputado aqui a fim de derrotar o servidor, vende até a alma dele para o diabo. O governador vende até a alma para o diabo. E é o mesmo governador, Tramonte, é o mesmo governador que foi lá no seu programa. O senhor se lembra disso, ou seja, quando ele falou assim – só um minuto, gente! – naquela primeira negociação das três parcelas? Eu me lembro das palavras dele, Tramonte, dizendo assim: “Olha, se eu tivesse contratado 10 mil policiais, ninguém estava reclamando. Agora é uma recomposição com responsabilidade, com segurança, e a classe da segurança há muitos anos está defasada”. O senhor se lembra disso? Depois ele vetou as duas parcelas. Depois ele voltou outras duas vezes e fez compromisso: um na Rede Globo e outro dentro da Associação dos Oficiais dizendo que faria a recomposição anualmente. E, por duas vezes, Tramonte, ele usou a seguinte expressão: “A inflação não tem todo ano? Não é assim lá, no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público? Não é assim no setor privado? Por que aqui vai ter de ser diferente? Então o meu compromisso é que todo ano a gente faça a inflação”. Aí, Tramonte e Bechir, o que eu trouxe aqui? A inflação de 2022 e 2023. É o que ele prometeu! Nós não trouxemos aqui a perda de 42? Para quê? Para exatamente, Tramonte, não haver desculpa do governo. E, mais uma vez, o que o governo faz? “Eu coloco a minha base, e 50 deputados votam a favor do meu reajuste de 298%”. E aí? “Quando for do servidor, eu entrego a migalha de 4,62%”. Gente, 4,62% não nos interessam! E, no caso dos servidores da segurança – e não vai ser diferente na educação, na saúde e nas demais áreas –, não será diferente, porque vêm os 4,62% e, depois, o projeto do Ipsemg e do IPSM. Um pouquinho, a mísera contribuição que foi dada o governo vai lá e tira com os outros dois projetos e fica pior ainda.

Concedo um aparte ao deputado Bruno Engler, meu amigo e colega de partido.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Primeiramente, quero parabenizar V. Exa. pela condução de todo esse processo com as emendas. Realmente tem feito um trabalho árduo em defesa do servidor da segurança pública. Além disso, dizer que sou testemunha, inclusive, de tudo o que foi relatado desde 2019 quando nos sentamos com o governo, nas primeiras negociações, com as promessas que, infelizmente, não foram cumpridas. A emenda que V. Exa. propõe é muito sensível. É uma emenda autorizativa de início de Parlamento no ano que vem. Então não é nada fora da curva.

Eu pedi a palavra aqui, Sr. Presidente, para, de maneira semelhante a outros colegas que assim fizeram anteriormente, me solidarizar com a deputada Chiara Biondini, que sofreu uma tentativa de intimidação, uma tentativa de chantagem. Quem vive o dia a dia aqui, na Assembleia, sabe que a deputada é uma deputada parceira do governo, ou seja, que a deputada, em 95% dos casos, está com o governo. Só que ela tem um porém – e ela deixou isso claro com o governo: que não votaria contra a segurança pública. E aí, quando cumpriu com a sua palavra de não votar contra a segurança, ela recebe uma punição? Aí ela é excluída do governo? Isso é inadmissível! Eu passei por situações semelhantes, Sargento! Eu era vice-líder do governo. A gente teve uma votação de aumento de imposto. Eu votei contra porque não voto aumento de imposto e, de repente, deixei de ser vice-líder do governo. Muda alguma coisa na minha vida? Não muda nada. Continuo o meu mandato com a minha consciência tranquila de votar com as minhas convicções. Eu tenho certeza de que a deputada Chiara é da mesma maneira. A gente sabe da índole dela, do caráter dela, da firmeza dela e que ela vai manter a sua posição, não vai ceder a nenhum tipo de chantagem e a nenhum tipo de pressão. Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradecemos ao deputado Bruno Engler. Ele já havia feito um pronunciamento mais cedo. Então é isso.

Deputado Arnaldo, meu amigo, como é que você dá 4,62%? Na prática, isso representa R\$194,00. Depois vem o IPSM e toma R\$241,00. Então, dos 4,62% que o governo deu, retirou, na prática, R\$48,00 em número absoluto. Isso do soldado, viu, Arnaldo? Isso do soldado, mas do cabo aumenta. Do 3º-sargento, do 2º-sargento, do 1º-sargento, isso vai aumentando. E isso vai acontecer com os servidores civis, os servidores civis, porque o que era 30 do dependente vai pular para 60. Então vão ser 100%. E o que era o teto de R\$250,00 vai para R\$500,00 no caso do Ipsemg. Eu pergunto: Que reajuste ele vai ter? Que recomposição ele vai ter? Agora o deputado vem aqui vota, vota 298% para o governador e vem aqui falar que a emenda teve vício de iniciativa. Olha, eu fiz a pergunta e o colega Alencar não deu conta de responder. Arnaldo, sabe por quê? Porque não tem jeito de jornalista querer confrontar o aspecto jurídico, não é? Ele critica a nossa emenda – inclusive, V. Exa. também nos apoiou – que é autorizativa. E V. Exa. é dado de forma muito competente na lida jurídica. Mas aí ele assinou a outra, a do 77, que é impositiva, Arnaldo! Eu perguntei-lhe qual é a diferença, e ele não quis responder. Por quê? Porque – é óbvio – ele sabe a diferença. Só que foi confrontado com uma realidade que não daria conta de explicar aqui, publicamente e ao vivo, com as galerias lotadas, não é? Assim há outros parlamentares aqui que querem criticar a emenda dizendo o seguinte: “Ah, não! Os deputados que assinaram e que votaram querem fazer e jogar para a plateia”. Não, não. Eu e o deputado João Leite... Estão aqui os servidores administrativos da Sejusp, os servidores administrativos da Sejusp. Como é que foi o abono fardamento deles? A emenda é minha e do deputado João Leite. O deputado Hely Tarquínio acatou a nossa emenda, e o governo sancionou. Daí supriu o vício e acabou a história, Arnaldo. Eles estão recebendo o abono fardamento. Então, quando o governo quer, quando há sensibilidade... Agora, é óbvio que, primeiro, tem que aprovar aqui, não é, Arnaldo? Se não aprovar aqui, a gente não tem a chance de o governador sancionar e suprir o vício.

Quando o governador sancionar a matéria aprovada por nós, vai suprir o vício da iniciativa. É assim que acontece. Mas, no caso desta emenda específica, fica o Poder Executivo autorizado a conceder a revisão de 5,79%. É inflação, Arnaldo! É a inflação que ele não pagou, é a inflação prevista no inciso X do art. 37. É aquilo que ele prometeu. Não é possível! Não é possível que o governador... Ele pode falar quantas mentiras quiser e os deputados aqui endossarem.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Bom dia a todos os colegas deputados estaduais. Nós precisamos mudar a forma de fazer política. E quem diz que veio para fazer uma política nova, o novo, a nova forma de fazer política deveria começar vinculando a sua palavra, as suas promessas de campanha à maneira de governar. É simplesmente revoltante. Ninguém obrigou o governador Romeu Zema, na época da eleição, agora em 2022, a falar que pagaria pelo menos a recomposição das perdas inflacionárias para todo o funcionalismo público. Ele prometeu e, se ele prometeu, ele tem que ser homem para cumprir. Ele tinha prometido, assim como eu também prometi, que jamais iria votar aumento de impostos. Ele falou o quê? “Eu posso até diminuir imposto, mas, aumentar, nós não aumentamos.” Foi o que ele falou. Eu falei a mesma coisa. Cheguei aqui e fui assediado por pessoas do governo dizendo que eu precisava votar esse aumento. Eu falei: “Governador, se o senhor não tem palavra, eu tenho, e eu não vou votar isso jamais!”. Então, quem vem aqui e vota hoje pelo funcionalismo público está votando com o governador Romeu Zema da época da campanha, que é muito melhor do que o que está tocando o Estado agora. O mínimo que nós esperamos é esse reconhecimento, é o básico.

Agora, apresentamos uma proposta de recomposição horizontal das perdas inflacionárias para a segurança pública. O que seria? Pegar esses 4,62%, calcular o preço sobre o valor do salário do coronel – isso daria o valor de R\$906,47 – e, então, direcionar para todos os outros: do tenente-coronel até o soldado; e a mesma coisa para a Polícia Penal, para a Polícia Civil, para o agente socioeducativo, para o bombeiro militar. Isso vai possibilitar a quem está na base, justamente a pessoa que mais está sofrendo porque não está tendo condições de cuidar da sua família, uma recomposição de 20,79%. Isso é tão pouco, Zema! Tenha palavra! Pare de obstruir! Isso aqui é totalmente factível.

Agora, vamos voltar novamente para essa questão do período eleitoral. Por qual motivo, no último ano do governo passado, do governo Zema, ele não aprovou a recomposição dele, que não é recomposição, é um aumento real, de quase 300%? Ele esperou

passar a eleição e, após ser reeleito, no primeiro ano, foi lá e aprovou. Por quê? Porque tem estratégia, tem método, está bem? O método aqui é o seguinte: eu vou aprovar no primeiro ano. Eu já vou ter esse desgaste, mas eu já fui reeleito e não posso ser reeleito novamente e, até o final do meu mandato, tento recuperar a minha própria imagem depois de ter queimado o meu filme. Só que, para este deputado que fala aqui, para o deputado Sargento Rodrigues, dentro de uma porta fechada... Porque, antes de nós virmos aqui usar este microfone, a gente tentou o diálogo no tête-à-tête, conversando em reuniões. O que ele falou e a Luísa Barreto, que dizem ser pré-candidata a prefeita de Belo Horizonte... Difícil! Ela falou olhando nos nossos olhos: “Olha, nós gostaríamos de dar essa recomposição” – e a sugestão era que fosse feita em quatro anos, parcelada – “mas, se nós fizermos isso, nós não vamos ter condições de sustentar. Isso aqui é algo que não tem viabilidade”. Mas não demorou nem um mês, e eles aprovaram 300% para o governador e para ela mesma. Hipócrita! Tem que ter postura! Cadê a sua palavra?

Então, tudo o que eu peço aos meus pares é que ajudem não o governador Romeu Zema, mas, sim, o candidato a poder honrar o que ele prometeu na época de campanha sem ninguém obrigar. Prometeu na canalhice, prometeu sabendo que não ia cumprir. E nem para chegar, ter vergonha na cara, pegar o microfone e falar assim: “Esse é o meu mea-culpa, eu falei e acabou que eu me equivoquei”. Não! Ele simplesmente finge que nada aconteceu, com a cara mais lavada do mundo. Aqui, não, governador, aqui não! Da minha parte, eu vou fazer o meu papel e vou lhe ajudar a cumprir com a palavra que o senhor deveria ter. A direita vive em Minas Gerais! Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, Caporezzo. Gente, 45 segundos só da fala do governador... Quem sabe o deputado João Magalhães, ouvindo mais uma vez, possa orientar a base do governo, porque é o compromisso do governador, viu, João Magalhães? Não é meu, não, é dele, ele que fez. Os deputados que estão lá no Salão Vermelho, os que estão lá na cantina e estão acompanhando a gente, porque há televisão para acompanhar nos dois lados, quem sabe também podem mudar de ideia, sabendo do compromisso? Eu vou pedir ao rapaz do som, já que o áudio aqui não fica muito legal, para deixá-lo um pouquinho mais alto. Espera aí, gente. (– Aproxima o celular do microfone para reprodução de áudio.)

Deu para todo mundo ouvir, não é? Todo mundo ouviu claramente, todo mundo o ouviu falar que ele assumiu o compromisso. Todo mundo ouviu isso! Agora, será que os outros deputados vão ver esse vídeo? A gente manda no grupo e pede aos deputados para ouvir. O cara vai à televisão e fala que vai honrar a palavra dele: “É o meu compromisso, porque todo mundo tem inflação. Não é assim na Assembleia, no Judiciário?”. Então, gente, não é possível que o deputado vote contra quando o próprio governador falou assim: “Eu estou fazendo um compromisso”. Então, na prática, deputado Caporezzo, não era para retaliar a colega Chiara Biondini. Ao contrário, tinha que falar: “Não, ela está fazendo aquilo sobre o que eu fiz compromisso”.

Então, presidente, obviamente, eu jamais ia pedir, até com um assunto tão importante, mas quem sabe agora o deputado João Magalhães, ouvindo novamente o áudio do governador, possa se orientar.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, vou pedir a V. Exa. que proceda à recomposição do quórum, porque o Plenário esvaziou, e a gente não sabe se algum parlamentar foi embora. Estou encerrando – viu, presidente? – a minha discussão. Não volto para discutir. Peço a V. Exa. que possa recompor o quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Leonídio Bouças) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 52 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Vamos dar sequência à discussão. Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Bom dia! Bom dia, deputados e deputadas; bom dia àqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia Legislativa de Minas, e um bom-dia muito especial aos servidores civis e militares que, mais uma vez, se encontram aqui na expectativa da votação deste dia.

Antes de iniciar a minha fala, vou conceder um aparte à deputada Beatriz Cerqueira, que solicitou a palavra neste momento. Deputada Beatriz.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Obrigada, deputado Professor Cleiton. Presidente, bom dia! Bom dia a todos os colegas parlamentares, e um bom-dia muito especial aos servidores que lotam as galerias aqui, ao pessoal do Sind-UTE que está aqui; um bom-dia à turma da educação, ao pessoal da Uemg e da Unimontes. A Uemg em greve! Também quero cumprimentar O Sind-Saúde, que está presente; o pessoal da saúde; o pessoal do Sisipsemg, presente também todos os dias. Permitam-me fazer um cumprimento a todos os sindicatos da segurança pública, presentes aqui. Comunidades terapêuticas, sejam bem-vindas também.

Um bom-dia à frente em defesa do serviço público, que foi organizada e é muito necessária. Eu estou vendo que tem gente aqui de várias partes do Estado. Não tive a oportunidade de cumprimentar ainda... Tem mais gente. A CUT está aqui presente, e só vai chegando gente. Eu queria cumprimentá-los, porque eu acho que é muito importante, muito necessária, essencial a presença de vocês aqui por todos esses dias, durante todo o mês de maio.

Eu quero, no meu aparte, presidente Professor Cleiton, explicar a vocês que, às vezes, enquanto um colega está falando – nós estamos na fase de discussão, e o tempo é um pouco maior –, vocês não nos veem. No caso do nosso bloco, às vezes nós não estamos aqui, porque estamos discutindo táticas e o que fazer, a questão das emendas. No 2º turno o processo é diferente do 1º turno. Eu já havia compartilhado com vocês que no 2º turno o processo é mais restritivo mesmo, não é como no primeiro, e por isso a nossa tática foi investir nas emendas no 1º turno, para a gente já fazer o destaque no Plenário. Foi tudo o que vocês acompanharam. O 2º turno tem outro rito. Então nós estávamos durante toda a primeira fala, que foi do deputado Sargento Rodrigues, exatamente reunidos e pensando no que fazer. Eu queria prestar contas a vocês. No caso do nosso bloco, vocês podem não nos ver. Mas não é uma falta de zelo com o Plenário, com vocês nem com o colega que está discutindo nem com o assunto. É que a gente precisa, às vezes, tomar algumas decisões. E a gente conta com esse tempo. Enquanto o colega está falando, e a gente sabe o tempo mais ou menos que ele vai falar, a gente vai pensando, trocando ideias e tomando decisões coletivas que precisam ser tomadas no calor das discussões, como é exatamente no dia de hoje. Então eu queria explicar um pouco para vocês a nossa ausência, no caso do Bloco Democracia e Luta. De forma coletiva, como vocês viram, nós estávamos exatamente conversando um pouco sobre o que fazer, que táticas a gente pode adotar nesse processo. E é isso. Eu só queria explicar para vocês que uma eventual ausência do nosso bloco aqui é em função de a gente estar correndo atrás dessas demandas. A ausência é coletiva em Plenário.

Portanto eu queria só dar essa satisfação, Professor Cleiton. Agradeço pela oportunidade do aparte. Obrigada.

O deputado Professor Cleiton – Uma vez professora, sempre professora. É importante até para que vocês saibam como se dá esse rito. Eu tenho 1 hora para discutir e já aviso que vou usar esse tempo. Inclusive os deputados que não quiserem ficar podem sair mesmo, se levantarem, porque vou usar 1 hora e me dirigir de forma muito especial aos servidores e às servidoras. Mas eu quero cumprimentar também aqueles que representam as clínicas terapêuticas, que fazem um trabalho essencial e fundamental em termos de recuperação, de ressocialização, de saúde pública, e lamentar, lamentar o que foi feito em relação à Dra. Cláudia, que é uma pessoa que eu conheço, que eu respeito e sei da sua capacidade e o quanto Minas Gerais e a política de combate às drogas está perdendo por conta de uma questão de perseguição política. E aqui quero fazer também um ato de desagravo à deputada Chiara Biondini pelo que ela sofreu em termos de perseguição, de retaliação, o que é uma clara demonstração, deputado Arnaldo, de um governador que se elegeu dizendo que iria fazer diferente, que iria fazer o novo. Mas, na verdade, ele se esbalda na velha política da perseguição, do coronelismo, do fisiologismo, da ditadura, daquelas mais escusas e sujas. Quando alguém tenta ser independente e votar com a sua

consciência e as suas convicções, acaba sofrendo esse tipo de retaliação. Mas eu queria também estabelecer a verdade e dizer aos senhores e às senhoras por que nós estamos fazendo esse enfrentamento aqui.

O deputado Sargento Rodrigues insistiu anteriormente, e a gente precisa esclarecer isso também, até para que os senhores e as senhoras tenham condições de defender essas emendas que estão sendo discutidas. A base do governo está dizendo, a base do governo está insistindo na seguinte questão... Olhe, deputado Cassio, há vício de iniciativa. “Nós não vamos votar porque há vício de iniciativa”. Então, se há vício de iniciativa, vote. Qual o problema? Qual o problema de votar? Já que na fala da base não vai dar em nada, então não tem problema votar conosco, não tem problema votar com o servidor. Mas não é verdade. Sabem por que ela não vota? Eu vou explicar. Não vota porque uma vez aprovadas essas emendas autorizativas, elas chegam até o governo e colocam uma faca no pescoço do governador. Se ele sancionar, elas perdem o vício de iniciativa. Então existe, sim, fundamento legal, fundamento jurídico, entendimento no Superior Tribunal de Justiça de que casas legislativas podem oferecer projetos autorizativos. Ao mesmo tempo, a gente precisa também lidar e tratar aqui com os números. Há um grande professor de estatística da Universidade de São Paulo, que diz o seguinte: os números muitas vezes são torturados para que eles digam aquilo que nós queremos que eles digam. Hoje, pela manhã, um deputado da base, deputado Elismar, disse para mim: “Deputado Professor Cleiton, se nós cumprirmos os 10,67%, consequentemente nós teremos um impacto de R\$5.700.000.000,00”. Está certinho. Nós sabemos disso, só que eu disse: “Deputado, o que V. Exa. esqueceu de mencionar é que esses R\$5.700.000.000,00 de impacto vem acompanhado de R\$10.000.000.000,00 de aumento na receita corrente líquida”. Vejam só, até para que vocês tenham conhecimento desse número: o impacto dos 10,67%, que é direito dos senhores e das senhoras, que é direito dos servidores civis e militares, traz um impacto de R\$5.700.000.000,00 aos cofres do Estado, mas houve um aumento de receita corrente líquida de R\$10.000.000.000,00 nesse primeiro quadriênio.

Portanto eu insisto: nós estamos diante de uma opção política. Nós estamos diante de uma opção política de sucateamento da Uemg. Nós estamos diante de uma opção política de um governo que não se senta à mesa para negociar com vocês. E eu, deputado Professor Cleiton, tenho muito orgulho de carregar, na minha história, um diploma da Universidade do Estado de Minas Gerais, que me deu condições de exercer a minha profissão de professor, de historiador. Então devo muito à Uemg. Sei o quanto temos de profissionais de excelência ali. Sei o quanto essa universidade engrandece a pesquisa, a extensão, mas, acima de tudo, a formação profissional dos mineiros. Porém, por outro lado, é a universidade em que se menos paga o profissional neste País, e isso precisa mudar.

E aí, profissionais da segurança pública, o governador não se cansa de dizer que nós temos a melhor segurança pública deste País. Mas, em nenhum momento, ele deseja valorizar os senhores e as senhoras, porque o tempo todo ele descumpra aquilo que fala, porque estamos diante de um governador que não tem palavra. Ele não tem palavra.

Mas, para a gente continuar falando da educação aqui, da saúde tão desvalorizada no nosso estado, quero trazer um outro dado e, junto dele, fazer com os senhores e com as senhoras uma reflexão para todo o povo mineiro. O povo mineiro está aprendendo, deputado Doutor Jean Freire, da forma mais dura possível, o que significa pensar que colocar um empresário bilionário para fazer gestão pública representa a solução de problemas e a solução daquilo que assolou o nosso estado durante um tempo e ainda assola, que é a questão da dívida fiscal que o Estado possui e que compromete serviços essenciais, sucateia as nossas delegacias, os nossos batalhões, os hospitais públicos, as nossas universidades, as nossas escolas, o salário dos servidores e das servidoras. Estamos diante de um governo que tem à frente um homem de uma frieza enorme, que não possui nenhum tipo de empatia, que coloca o Estado – vejam só –, que coloca o Estado em uma situação dicotômica que gera uma série de discussões acadêmicas.

O dado que vou trazer para vocês é de assustar. Nunca se viu – prestem atenção no que vou dizer a vocês –, nunca se viu tantos recursos no caixa do Estado de Minas Gerais. Repito: nunca se viu tantos recursos no caixa de Minas. E aí eu pergunto: para quê? Qual a vantagem disso? Por que está sendo feito caixa? E aí vocês podem perguntar: “Deputado Professor Cleiton, isso é porque o governador é bom administrador?”. Não; é porque ele não paga conta nenhuma, porque ele é caloteiro!

Professores, policiais, servidores da saúde, das demais secretarias, dos demais serviços prestados para o povo de Minas, vamos fazer aqui uma análise, uma reflexão simples, breve. Deixem de pagar, na sua casa, as contas básicas. Imaginem que alguém diga para vocês: “Olhe, mês que vem você não vai precisar pagar água, você não vai precisar pagar luz, você não vai precisar comprar gás, você não vai precisar pagar internet, você não vai precisar pagar – quem paga são poucos – o plano de saúde. O que vai acontecer? Você vai fazer caixa! O governador não pagou um centavo da dívida, porque ele deu a sorte de governar sob uma liminar que suspende a dívida de Minas, conquistada pelo governador Pimentel, que ele tanto execra. Ele não pagou um centavo dessa dívida, não valoriza o serviço público e o servidor público e sucateia as nossas estatais. Inclusive estou apresentando nesta Casa, deputado Leleco Pimentel, um projeto de lei para ajudar o governador. Já que ele não gosta das estatais e já que ele não gosta de servidor, o projeto de lei estabelece o seguinte: que os lucros líquidos das nossas estatais sejam revertidos para os salários dos servidores, o que é uma forma de ajudar esse governador.

Ontem, para quem não ouviu a minha fala na FFO, fiz questão de deixar claro para quem ele governa, porque a comparação é muito simples. Ela é muito simples, servidores e servidoras mineiros e mineiras. Nós temos um total de gastos com os servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário de R\$57.000.000.000,00. Quando consideramos o Executivo, temos aproximadamente R\$48.000.000.000,00 em gastos. Se pegarmos o impacto dos 4,62%... Uma conta simples: a cada 1% que for dado de aumento ao servidor, teremos aproximadamente um impacto de R\$420.000.000,00 a R\$480.000.000,00, ou seja, o governador oferecerá R\$450.000.000,00, R\$480.000.000,00 a mais aos 600 mil servidores – isso contando os dois últimos anos de não recomposição das perdas inflacionárias, que chegam a 10,67%.

Esta Casa, de forma muito triste, aprova a renúncia fiscal, que impacta em um R\$1.700.000.000,00 desde 2017, para pagar o que era devido diante da lei que aqui foi votada às locadoras. Portanto, nos últimos dois anos, as locadoras receberam R\$400.000.000,00 do governo do Estado. Dessas locadoras, duas são as maiores, ou seja, 600 mil servidores alimentam 2 milhões de mineiros. O governador, deputado Coronel Sandro, prefere privilegiar dois empresários e excluir 2 milhões de mineiros que são impactados quando se tem a valorização do servidor público. Deputado Gustavo Santana e deputado João Magalhães, essa é a pergunta que a gente tem que fazer: a quem serve este governo?

E aqui estão alguns dados que são importantes. O dado de hoje prova que nunca Minas teve tantos recursos disponíveis. Vamos lá. Saldo do caixa de Minas hoje: R\$35.201.069.246,91. Volto a falar: o não pagamento dessa recomposição inflacionária de 10,67% é uma questão de opção política, mas vamos lá. Vamos pegar algumas coisas aqui também. Eu quero fazer uma pergunta ao professor, à professora, ao médico, ao enfermeiro, ao policial militar, ao policial civil, que vai ter 4,62% de aumento, que moram lá em Três Corações ou Cambuquira e vão ter que se dirigir para Varginha. Porque agora, num trecho de 16km, dentro de um processo licitatório escuso, viciado, de uma das maiores estratégias de corrupção que nós vimos em Minas Gerais nos últimos anos, se coloca uma praça de pedágio que vai cobrar R\$13,20 de quem passar por ali, R\$13,20.

Só para vocês terem ideia, servidores e servidoras, a empresa que está administrando esse pedágio lá chama-se EPR e venceu a maior parte dos lotes de Minas. Inclusive você do Triângulo Mineiro vai ser impactado, inclusive você lá do extremo Sul vai ser impactado, aqui também na região da Zona da Mata vai haver impacto, e é impacto no bolso do contribuinte. O Ministério Público Federal abriu um inquérito para investigar o ex-secretário de Obras e Infraestrutura do Estado de Minas, o Sr. Fernando Marcato, que, durante o chamamento público dos dois primeiros lotes do Triângulo, fez uma coisa que eu não vou chamar de trombadinha porque chamar de trombadinha seria sacanagem com o trombadinha.

Esse cidadão, diz o relatório do Ministério Público Federal, foi lá na Bolsa de São Paulo e, faltando 23 minutos para o início do certame, colocou um aviso na porta dizendo que o local do chamamento estava sendo mudado para a sede da Procuradoria de Minas. E aí, ao colocar o aviso na porta, em vez de avisar todas as empresas que estavam lá para participar, ele avisa uma empresa apenas: “Vai mudar o lugar”. E uma empresa apenas aparece então para participar do processo. E é exatamente a empresa que venceu

a licitação do Triângulo e depois venceu grande parte das demais, e a segunda empresa funciona no mesmo endereço da primeira empresa. Depois de sair do governo, o Sr. Fernando Marcato se transforma no principal consultor das empresas de pedágio em Minas Gerais.

Aí diz o Ministério Público Federal que pergunta à Bolsa de São Paulo, já que o Sr. Fernando Marcato disse que havia avisado à bolsa que mudaria o local. Uma vez perguntado à Bolsa, ela disse: “Ninguém nos avisou absolutamente nada”. Então, além de ser o governo do calote, é um governo da corrupção, dos esquemas, dos processos de licitação direcionados para fazer com que o mineiro sinta no seu bolso e na sua pele, inclusive impactando diretamente a economia de diversas regiões.

Querem mais? Nós estamos diante de uma tragédia porque recentemente, para tirar das costas da Sra. Luísa Barreto que aparece aqui numa imagem a possibilidade de uma tragédia, Doutor Jean Freire, e o senhor conhece muito bem, deputado Doutor Jean Freire, as oito barragens que pertenciam à Rural Minas e estavam sob a gestão da Seapa, com a Secretaria de Planejamento monitorando o que estava acontecendo, recebemos uma denúncia de que, das oito barragens, duas estão para se romper a qualquer momento. E qual foi a ordem do governo? Para tirar do governo, a Cemig deveria então assumir a gestão dessas barragens.

Nós precisamos investigar isso a fundo. Nós precisamos averiguar isso, deputado Leleco Pimentel. Primeiro, porque essas barragens não têm nada a ver com a Cemig, mas o presidente da Cemig, que é um pau-mandado, que é um cara de pau, diga-se de passagem, que é outro corrupto, e nós o investigamos aqui na CPI da Cemig, foi e exigiu que a Cemig então assumisse a gestão dessas barragens. Mas recebemos a denúncia de que duas estão para se romper a qualquer momento.

Desculpa, pessoal, eu até discorrer sobre outros assuntos, mas vocês precisam ser informados das coisas que estão acontecendo e do risco que o mineiro corre sob a gestão de um governo que, repito, não tem à frente ninguém com empatia. Eu faço uma pergunta aqui, uma pergunta simples aos deputados que votaram o aumento salarial de 298% para o governador, os secretários e o vice-governador. Por que não votarmos os 10,67% de recomposição inflacionária?

Vamos lá? É possível, Professor Cleiton? É. Vou ler para vocês aqui dados, análises, estudos do Sinfazfisco.

A previsão oficial é que a Receita Corrente Líquida vai saltar de R\$91.970.000.000,00 para R\$100.830.000.000,00, ou seja, um crescimento de R\$8.850.000.000,00

Prestem a atenção nesse dado aqui, servidores e servidoras, pois ele é importante. A Receita Corrente Líquida entre 2019 e 2024 cresceu 57,39%. A grande maioria dos servidores teve, no mesmo período, vejam só, a receita do Estado cresceu 57% e a grande maioria dos servidores, após muita luta e mobilização, teve somente 14,04% de aumento nesse período. Um aumento de receita de 57% e 14% para os servidores.

Um outro dado importante. Romeu Zema assume o governo do Estado com R\$6.000.000.000,00 de renúncia fiscal e, em 2024, com R\$18.000.000.000,00 de renúncia fiscal. Vão me desculpar, mas não temos aqui nenhum tipo de argumento técnico, numérico, para defender que não podemos chegar aos 10,67% de recomposição inflacionária nesse período.

Continua aqui. O caixa do Estado está em torno de R\$35.000.000.000,00, como mostrei. Não se tem notícia de uma situação financeira tão favorável para o Estado, o que representa o não pagamento de R\$50.000.000.000,00 de dívida nesse período e é por isso que Minas Gerais, deputada Leninha, completou o ano passado 304 anos de história e, nesses 304 anos de história, o governador Romeu Zema é responsável por aumentar a dívida em um terço nesse período. É um fenômeno! Um fenômeno de administração ruim. Fenômeno de gestão que não se deve repetir. Um fenômeno de uma péssima gestão. Queria empurrar para esta Assembleia, se não fosse a nossa luta, teria conseguido, a adesão ao fatídico, criminoso Regime de Recuperação Fiscal. Estão lá o Eduardo Leite, o Cláudio Castro, o Ronaldo Caiado pedindo pelo amor de Deus para saírem desse regime. É bom, inclusive, lembrar a vocês, servidores e servidoras, pessoal da segurança, é importante vocês saberem que estamos sob a égide do regime. Se o presidente Tadeu pudesse, tenho certeza, negociaria uma reposição maior para determinadas categorias que estão com o salário mais defasado. Se o presidente pudesse, negociaria com o governo do Estado um aumento real e até mesmo o cumprimento integral do piso salarial,

mas, porque o governador entrou na Justiça para nos colocar sob o regime e estando sob ele, infelizmente, não podemos categorizar. Portanto 10,67% têm de ser para todas as categorias do serviço público. Então, se concedo um aumento para os professores da Uemg, ele tem de vir acompanhado para todas as categorias do serviço público, porque é isso que estabelece a lei do regime. É por isso, então, que estamos nessa luta.

Vamos lá! Despesa com pessoal, conforme o Relatório de Gestão Fiscal, R\$48.230.000.000,00. Se aplicarmos a inflação acumulada de 10,67% de 2023 e 2024, o impacto bruto na despesa com pessoal seria de R\$5.140.000.000,00. Vou repetir porque a gente tem de frisar isso o tempo todo. O impacto dos 10,67 está muito abaixo daquilo que o Estado arrecadou, daquilo que o Estado conseguiu aumentar em relação a sua Receita Corrente Líquida. Se considerarmos que em Minas Gerais temos o caixa que retém o IRPF e o desconto previdenciário dos servidores, inclusive do Judiciário, do Ministério Público e etc., o acréscimo das despesas com pessoal, caso se aplique a correção de 10,67%, não ultrapassa a casa dos R\$4.000.000.000,00, que é um valor muito aquém da previsão oficial de crescimento da Receita Corrente Líquida.

Portanto, servidores e servidoras, é importante que nós neste plenário consigamos aqui aprovar. Quero aqui agradecer, de público, ao presidente Tadeu. Prestem atenção! O presidente Tadeu permitiu que as emendas fossem votadas no 2º turno, porque, se ele quisesse, teria declarado as emendas vencidas. Então, temos aqui a esperança de aprovarmos essas emendas que, repito a minha fala lá do começo, dão ao governador a opção de sancionar. Uma vez sancionada, repito, todo vício de iniciativa é superado, cai por terra. Mas queria também fazer uma reflexão com os deputados desta Casa. No dia de hoje, o senhor governador Romeu Zema, deputada Ana Paula, cancelou a sua ida a Ipatinga. Sabe, deputado Lucas Lasmar, por quê? Porque ele sabe que não pode andar no meio do povo mais. Ele vai à AMM. Lá ele é bajulado pelos prefeitos. Lá ele é bajulado por alguns vereadores.

Mas, governador, por que o senhor está cancelando a sua agenda? Por que o senhor está cancelando a sua agenda, governador? Por que o senhor está com medo de encarar a segurança, a educação, os servidores da saúde? Ou seja, o senhor já foi derrotado, governador. Só que há um detalhe, governador: o senhor já foi reeleito, os deputados da sua base não.

Pessoal, é uma questão simples. Enquanto o governador cancela a sua agenda, a base está aqui, enfrentando; a base está aqui, lutando, brigando por ele. A pergunta que eu faço é: Zema vale tudo isso?

O deputado Lucas Lasmar (em aparte) – Obrigado, Professor.

Nós temos hoje um momento de aprovarmos o que é de direito a esses servidores que estão aqui, na Casa. Agora é quase uma hora da tarde. Isso mostra a vontade desses servidores de buscarem a sua valorização. E nós estamos aqui buscando algo que não é contra o governo. Nós queremos é valorizar esses servidores, para que, todos os anos, sejam reajustados os seus salários.

Isso não significa que somos adversários, inimigos políticos. Pelo contrário, nós queremos é buscar algo em que os servidores se sintam valorizados e também gratos por serem servidores públicos. Nós estamos vendo centenas de servidores que recebem menos de um salário mínimo como salário base, nos seus contracheques. Como nós vamos permitir uma situação dessa, sendo que existe uma lei federal que fala sobre o piso, o salário mínimo nacional? Nós estamos criando uma modalidade do salário mínimo do mínimo em Minas Gerais. Nós não podemos permitir isso. Eu reconheço e legitimo a vontade de cada deputado aqui, em suas pautas de austeridade fiscal, de que tem que apertar ou não a questão fiscal. Tudo bem, mas permitirmos que servidores recebam abaixo do salário mínimo de salário base, no seu contracheque, é injusto, não é, professor? Nós temos que pelo menos dar a possibilidade a esses servidores de aposentadoria.

O exemplo dos servidores do Estado de Minas Gerais no aspecto da Secretaria de Estado de Saúde. São em torno de 32 mil servidores, e 62% desses, Professor, já poderiam aposentar, já têm o direito de aposentar. Não aposentam porque eles vão ter uma perda dos seus benefícios, que não vão conseguir sustentar as suas famílias. Perdem metade do salário.

Então o que realmente nós temos aqui é uma possibilidade, através de uma emenda que nós protocolamos em 2º turno, de que, se o governo não quiser dar reajuste... Nós vamos lutar para que isso aconteça, mas que não seja permitido o pagamento menor

do que um salário mínimo no salário base desses servidores. Isso é inaceitável, isso é desumano. E o que é pior, pessoal: são os servidores que já recebem pouco lá de trás, que o seu salário base do concurso era de R\$1.600,00. E a cada mês eles vão perdendo, perdendo, perdendo. Há servidores dos Augas que recebem R\$780,00 de salário base. E quando vem um reajuste aqui de 5%, vai dar o quê? R\$40,00. Não dá um saco de arroz para alimentar a sua família.

Então o que eu, Lucas Lasmar, está aqui defendendo, não são pautas contra o governo, é realmente uma questão humanitária. Como um servidor trabalha 30, 40 anos, no Estado de Minas Gerais, e não tem segurança jurídica para aposentar? É o fim do mundo. Quando a gente fala sobre meritocracia, nós estamos falando que o servidor tem que acordar cedo, ir lá trabalhar e fazer as suas políticas públicas acontecerem no Estado de Minas Gerais. E estão fazendo com muita coragem, com esse mísero salário que estão recebendo.

Então, Professor Cleiton, conte com o nosso mandato e conte com o Bloco Democracia e Luta para buscarmos a valorização dos servidores. E eu tenho certeza, Professor Cleiton, em conversa já com alguns secretários de Estado de Minas Gerais, que eles são favoráveis em fazer essa correção de pelo menos o salário mínimo para esses servidores do Estado como salário base. É o mínimo. A maioria desses secretários são efetivos, fazem parte da carreira do funcionalismo público do Estado. Então eu peço realmente que a gente consiga fazer essa construção em conjunto e essa correção de algo injusto.

Como fizemos com os servidores do IMA, que tinham a Gedima, uma gratificação deles que havia em lei, sobre o benefício, e vem um decreto que cria um mecanismo de corte da sua gratificação, para não pagarem. Então havia um decreto sobrepondo a lei. E aí vem os servidores, o sindicato aqui, em uma audiência pública, pedirem reajuste e indicarem esse fato. Particpei da audiência pública, Professor, e falei: “Vocês não estão aqui reivindicando direito, não; vocês estão trazendo para esta Casa um crime que está acontecendo, um decreto que está sobrepondo a lei”. E nós fizemos aqui um projeto de resolução que corrigiu esse erro. Liberamos R\$9.000.000,00 para 1.164 servidores do IMA, que já estão recebendo essa gratificação.

Então esse foi o meu primeiro projeto na Assembleia Legislativa, que foi na pauta em defesa dos servidores públicos. E podem ter certeza, servidores: estarei aqui até o último dia do meu mandato, defendendo a pauta de vocês. Estamos juntos!

O deputado Professor Cleiton – Parabéns! Quero parabenizar o deputado Lucas pela atuação na Casa e pelas emendas que foram apresentadas. Concedo aparte ao deputado e amigo Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel (em aparte) – Boa tarde, trabalhadoras, servidoras e servidores! Seria estranho para nós, Professor Cleiton, se essas galerias estivessem cheias daqueles contratados da Fiemg que costumam pedir às mineradoras que encham este lugar aqui. Aqui estão os servidores de verdade, em pele e osso; servidores que não recebem diária para estarem aqui!

Essa prática da cara de pau do governador Zema, do governador que privatiza tudo, do governador que enche o bolso de Salim Mattar – ele agora está com os carros emperrados lá, no Rio Grande do Sul –, não convence ninguém na política! Hoje, pelas ruas da Savassi, o recado já foi dado. Aliás, em Ipatinga, onde ele não pôde pisar hoje, já pagaram R\$16.000.000,00 e não entregaram sequer 25 títulos da Reurb. Isso significa que quem está dando apoio a Zema está encalacrado e envolvido até o pescoço em corrupção.

Enquanto isso, o Professor Cleiton ainda traz mais essa de enfiar, no colo da Cemig, um crime ambiental pelo qual Zema é o responsável. O governador comete, triplamente, um crime – ontem foi o Dia Mundial do Meio Ambiente –, e essa denúncia precisa ecoar. Além de esconder as barragens das mineradoras, ele agora encoberta as barragens, colocando a Cemig para ser o gambá que cuida do ovo. O Zema é um canalha! Eu sei que eu vou ser punido se alguém quiser me levar à Comissão de Ética, mas essa é a palavra! Para muitos é apenas um jargão: a voz do povo é a voz da verdade! A voz do povo é a voz da verdade! E eu tenho certeza de que aqui não tem fake news. Quando a gente ouve os servidores da segurança pública, que trouxeram, didaticamente, a comparação do salário inicial de um soldado, demonstrando essa miséria... Aliás, a palavra “miséria” deve se associar aos mais pobres, porque os governantes, ou melhor, o governo Zema tem essa política que ele quer impor ao Estado. Quando você nota o aumento que ele andou

alardeando, “aumentei 1%”... Eu quero lembrar o presidente desta Casa, o deputado Tadeuzinho Leite, de que, quando colocou a emenda para que os deputados a atendessem – eu tenho certeza da altivez do nosso presidente –, ele chamou a política para si e não foi para a mídia fazer lação nem colocou videozinho na internet.

O rei das fake news, em Minas Gerais, tem nome: Zema, o pior de todos! Professor Cleiton, quando eu olho para essa tabela simples e didática, que está à frente de V. Exa., noto que a coisa é pior do que a gente imaginava. Se eu colocasse aqui o salário de um professor da Uemg... Escute! Desculpe-me, então, soldado! Um mestre que dá aula na Uemg recebe ainda menos R\$1.000,00 que você que está colocando a cara para cuidar da segurança pública! Por isso eu quero trazer... Professor Cleiton, esse é o salário de uma servidora que está aqui dialogando. Repete o valor, por favor. Mestre em 40 horas: R\$3.200,00. E o aumento de 4,62% significa quanto, professora? Significa cento e poucos reais, isto é, menos do que os R\$194,00 da tabela alusiva a um soldado, que é o primeiro a ingressar na carreira militar. Além de não ter a carreira, além de não ter o plano de cargos e salários... É segunda carreira.

Então, vejam só: quando a gente mistura, nessa matemática, no caso dos servidores da segurança pública, o fundo de pensão militar – um desconto de 5,5 –, há uma perda real apenas entre o que vai ser cobrado a mais do fundo e aquilo que ele alardeou dar de aumento. Portanto, se eu me volto para a minha guerreira trabalhadora e servidora pública, aí, é de lascar! Aí é de lascar! Aos professores de história, como o Professor Cleiton e eu, digo-lhes que nós não ficamos presos à matemática apenas; nós estamos aqui diante de um paradigma da filosofia; nós estamos diante de um fato histórico da canalhice de um governante que resolveu ser imperador, mas que não tem envergadura moral para ser governador nem para ser líder político, porque, além de mentiroso, o Zema parece ser um ser sem-espírito! E eu pergunto: de que vale o Estado sem o servidor público, que é o espírito do Estado? Esse é o nosso paradigma! Agradeço ao Professor Cleiton.

Por último, quando eu disse que o Zema era filho de chocadeira, eu não estava comparando-o, de forma alguma, com as mulheres; estava apenas dizendo que político sem ideologia e de corpo sem espírito de nada vale. Zema não é nem um zero à esquerda; é a maior negação da política que nós já tivemos na história de Minas Gerais. Agradeço ao Professor Cleiton e devolvo-lhe a palavra.

O deputado Professor Cleiton – Obrigado, deputado Leleco.

Deputado Leleco, agradeço a sua participação. A voz dos servidores é o que se vai ouvir nos quatro cantos do Estado, nas próximas semanas e nos próximos meses, porque, além de votarmos esse PL da Miséria, daqui a pouco vai chegar aqui a discussão sobre o IPSM, a discussão sobre o Ipsemg. Se você pegar o contracheque, vai ver que – nós temos o contracheque de um soldado – o que vai acontecer com o professor é tão pior quanto.

Ontem nós fizemos uma demonstração... Pessoal, espere só um pouquinho. Ontem, deputado Leleco, nós mostramos o contracheque de um senhor que é servidor da saúde, cujo salário é de R\$883,00 – R\$883,00! Por conta dos quinquênios, por conta de alguns adicionais, ele tem o salário abaixo do mínimo. O Estado, então, criou um dispositivo para cumprir aquilo que determina a nossa lei, ou seja, que ninguém pode ganhar menos do que o salário mínimo e assim complementar para que o seu salário chegue a R\$1.412,00. Sabe o que esses 4,62% vão representar no contracheque dele? Nada, porque ele vai ter um ganho de menos de R\$40,00, que serão retirados do complemento que o Estado lhe dá.

Mas há uma diferença, deputado Leleco. V. Exa., como eu, em razão do lugar de onde a gente vem, devido à nossa história, à nossa trajetória, quando a gente passa na Praça da Assembleia e vê um morador de rua, vê um usuário de droga, vê uma criança no sinal pedindo esmola, a gente tem sensibilidade. Quando eu, Professor Cleiton, saio da minha casa, saio de onde moro, em Belo Horizonte, para a Assembleia – faço o mesmo trajeto há cinco anos, quase seis anos –, nesse tempo, principalmente na pandemia, vi comércio sendo fechado, vi famílias inteiras indo morar na rua. A gente tem uma coisa que se chama sensibilidade. Quando a gente escuta a professora falar do estudo que ela fez, do concurso que ela fez, do mestrado que ela fez; quando a gente vê um professor

especialista que ganha menos de R\$1.000,00 ou um senhor como esse que ganha menos de R\$1.000,00, a gente tem, para com essas pessoas, um exercício de alteridade, de empatia. Aqueles que estão no governo não têm isso.

Na legislatura passada, a gente ouvia dos deputados do Novo que quem tem necessidade de buscar educação melhor, saúde melhor, que pague para ter isso, porque o Estado é obrigado a oferecer apenas a Polícia Militar. O resto se busca na iniciativa privada ou você consegue alguma coisa pela meritocracia. É dessa forma que essa gente pensa. É dessa forma que essa gente pensa! Aqueles que governam este estado, hoje, pensam assim. O que nós estamos vivendo nada mais é, nessa discussão, do que o que reza a cartilha do pensamento neoliberal defendido o tempo todo por esse governador. Por isso, repito: mineiros, mineiras, não caiam na ilusão de achar que porque alguém é rico, porque alguém vem de uma família rica, teve sucesso na vida como empresário ele vai trazer expertise, experiência e bondade para o serviço público, porque isso não vai acontecer.

Deputado Leleco, o meu tempo está acabando, mas o senhor... Exatamente, professora. Exatamente, professora. Pode contar com a minha luta, professor, porque eu conheço a Uemg por dentro. Eu sou fruto da Uemg, professor, e tenho orgulho de falar isso. Eu tenho orgulho de dizer que, esses dias, a minha família precisou de um hospital, com urgência, e eu recebi de um médico o seguinte conselho: “Não leve para o particular, leve para aquele hospital público na cidade onde você está, porque é o melhor hospital que existe”.

Para encerrar, eu não tenho como... O deputado Leleco fez uma boa provocação. Tanto eu quanto ele somos historiadores. Como historiador, eu me lembrava de uma situação que prova o quanto essa gestão é trágica, mentirosa. É boa de propaganda, porque se gasta muito em propaganda. Deputado Leleco, a Pirâmide de Gizé, a maior pirâmide, começou a ser construída em 2600 a.C. Ali se utilizavam escravos felás, que eram os camponeses egípcios. Eles construíram as pirâmides usando elevadores. Não se tem notícia de que a construção das pirâmides, deputado Eduardo, tenha sido interrompida por problema nos elevadores. Em 2024, deputada Beatriz, em Minas Gerais, por falta de manutenção pela gestão, por causa de incompetência, o servidor não pode usar mais a Cidade Administrativa. O povo não pode ir lá porque os elevadores estão com problema, estão comprometidos, o que demonstra... Mas há um detalhe; há um detalhe, deputado Cristiano: os elevadores estão comprometidos no Minas e estão comprometidos no Gerais; no Palácio Tiradentes, não. No Palácio Tiradentes, não!

Então é mais uma demonstração de que estamos diante do maior estelionato eleitoral já cometido na história política deste país. Esse estelionato eleitoral se chama Romeu Zema. Pela segurança pública de qualidade, pela saúde pública de qualidade, pela educação de qualidade, desde a base até a universidade, pelo meio ambiente, para que, de fato, se promova a fiscalização, a fim de que nós não tenhamos degradação, enfim, pelos diversos serviços do Estado, viva o nosso servidor, viva o serviço público de qualidade! Por ele, nós continuamos fazendo resistência para que o mínimo seja cumprido nesta Casa, votando “sim” às emendas que foram apresentadas pelo nosso bloco e pelo deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Professor Cleiton. Com a palavra, para discutir, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Quem dera eu pudesse trazer o violão aqui, hoje, porque a gente encontra nas músicas muita síntese do que está acontecendo na política. Por isso, os gritos de guerra que se somam aos gritos que estão presos na garganta me lembram daquele que se intitulou e tem o nosso respeito, porque quis ser mineiro, o poeta Gonzaguinha. É verdade que o que estamos tratando aqui, hoje, é sobre a vida. Muitos, que não sabem que a manutenção da vida se dá numa sociedade moderna, trocando a força de trabalho, que também inclui os pensamentos intelectuais, pelo salário, para que a gente coloque comida na mesa, para que a gente dê sustento à família, não saberão porque nós estamos lutando por um aumento justo e digno e que, neste caso, seja responsável por corrigir as perdas inflacionárias que já se acumulam. E nós estamos aqui restritos aos anos de 2022 e 2023. Que são 76%, alguém aqui me diz. Para um professor de história, eu não duvido dos números; e tenho certeza que a terra é redonda. Mas, infelizmente, parece que alguns terraplanistas assumiram o cargo de governo, negando a política, intitulando-se de novo.

É por essa razão que a política é, para nós, o grande instrumento de transformação inventado pela humanidade. Quando ele sai do indivíduo e vai ao outro, ele faz política. E não é negando a política, estando num cargo eletivo, num cargo em que o povo elegeu, que você consegue responder aos anseios de um povo. Mas é verdade também que Zema fez uma opção pelos ricos. Zema fez uma opção por entregar o Estado inteiro no bolso dos ricos e devolver o Estado mínimo para os servidores, para os pobres e para aqueles que mais precisam do Estado. E esta é a razão de entendermos a inversão que Zema faz daquilo que, para nós, é a formação política. É por isso que tanta gente se envereda, para poder obter em cargos públicos, lucros pessoais. É assim que Zema estabeleceu a sua vida. Eu tenho notícia que aquelas lojas mequetrefes do Zema estão fechando as portas. Outro dia, tive notícia que lá, na terra do querido Professor Cleiton, aquela loja mequetrefe do Zema fechou as portas. Lá, em Varginha, não tem mais loja do Zema. Não é isso, Professor Cleiton?

A gente só fica com dó de saber quanto era o salário que recebiam os servidores que ficaram desempregados. Provavelmente estão recebendo salários de miséria, porque ele aplicou a mesma regra de exploração no Estado. Em que pese a gente ter a dignidade de entender que as carreiras, o servidor público, que além do estudo passou por um concurso, e até aqueles que hoje são terceirizados – porque esta é a política que Zema implementa – estão sendo tratados como ele trata os funcionários das lojas mequetrefes em que ele vende eletrodoméstico já estragado, ultrapassado... O Zema é a cara do capitalismo inacabado, inconsequente, que tomou conta do Estado e infelizmente tomou conta da gente. Essa é a razão de a gente ter a oportunidade de dialogar com servidores públicos, de dialogar com professores, com servidores da segurança pública. É importante a gente nunca negar a política, porque, quando a gente nega a política, quem a ocupa nega a gente.

A metáfora do frei Beto é muito importante neste momento. O Brasil ultrapassou a barreira e o limite da violência na política. Cuspiram, escarraram nos políticos. E, aí, quem mais se aproveitou disso hoje fica fingindo lavar vasilhas, fazendo videozinho, dizendo que não ia ocupar o Palácio da Mangabeira, que era só despesa, mas a despesa continuou. Ele continuou a fingir, lavando louça, fingindo de bom moço, vestindo uma camisazinha que parece também para servir as suas lojinhas mequetrefes, e continua com essa cara de bobo. Aí, debaixo da sua foto, companheiro – não é você – debaixo dos seus braços, está aí o maior exemplo de um cara que acha que o povo mineiro é bobo. O Zema é um cara de ovo que acha que o povo mineiro é bobo. Eu estou olhando para a cara dele aí e infelizmente não dá vontade de sorrir. O que a gente tem tido, de fato, e como fiz aqui, na intervenção, um pouco antes... Deputada Beatriz, deputada Lohanna, deputado Ulysses, deputado Tadeu, deputado Lucas, deputado Cleiton, estamos no Plenário, neste momento. Eu queria, primeiro, dizer para quem está aí na TV, para quem está aqui: o Bloco Democracia e Luta está todo aqui. Nós dizemos, o tempo inteiro: a gente não tem medo de enfrentar este debate, porque quem perdeu, na política, quem perdeu o tempo, e perdeu, com certeza, o eleitorado, que era enganado, foi o Zema.

Quem está saindo perdendo nessa história, além de nós? Porque, se eu comparo aqui o salário dos professores com essa tabela que está nas nossas mãos, deputada Beatriz, vejo que uma professora, mestre, com 40 horas... recebe R\$3.228,00... com 22 anos na Universidade do Estado de Minas Gerais. E especialistas recebem R\$957,00.

Quando a gente aplica a regra que era de 3,62%, quando a gente vê o aumento que vai haver no Ipsemg e, no caso dos policiais, no fundo de pensão militar, vemos que os servidores não vão receber nada, meu filho. Eles vão é pagar! Então a coisa é mais injusta. É por isso que nós temos que utilizar o tempo de fala para que a TV Assembleia, que está ao vivo neste momento, para que os deputados da base que devem estar aí pelos corredores, outros já foram para não sei onde, porque não dão conta de contar essa história para os eleitores...

É verdade que a deputada Chiara hoje foi saudada por muitos porque resolveu colocar a cara de fora e votar contra esse absurdo e essa miséria, mas não quer dizer que ela saiu da base. Quer dizer que a violência política de mandar recado demitindo pessoas, e me desculpem, pois, como não tenho relação de cargo com o governo, não entendo muito essas coisas. Quando a gente viu o caso da deputada Chiara aqui hoje, nós começamos a entender que o Zema não entende de política, mas entende de violência

política. Ele entende de vender eletrodoméstico, mas não entende nada de estatal. Então o Zema, para nós, está aplicando um conhecimento raso, superficial e leviano, em que a coisa é muito mais profunda e exige de nós um cuidado maior, porque a coisa pública não pode ser misturada e ser uma extensão do umbigo ou da coisa privada daquele que não consegue pensar para além dos negócios. O Estado de Minas, na concepção do que vivemos, é um grande negócio.

Quando você não tem uma política de moradia estabelecida, porque eu quero lembrar que Zema, além de destruir a Cohab, desmanchou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, não construiu uma casa sequer, mas colocou os terrenos que os prefeitos doaram, aliás as prefeituras doaram à Cohab, para serem vendidos. Terras públicas sendo vendidas. A gente vê quase todo dia aqui no Plenário o Estado sendo dilapidado. Aquilo que poderia servir à reforma agrária, que poderia servir à reforma urbana pelo direito à cidade está sendo vendido para empresários que lucram sem dar sequer função social a essas propriedades. Quando a gente vai avolumando as denúncias e a forma de governo, deputada Lohanna, a gente vai compreendendo que, quando o Estado se transforma num grande lugar de vender utensílios, ele vai transformando política pública em negócio.

A água. Estamos em curso, no Estado de Minas Gerais, com uma política atrasada que nem o capital internacional. Aqueles que estavam lá na Europa já estão fazendo a reversão do saneamento para que a coisa pública esteja no controle social, naquilo que é considerado também fiscalização da coisa pública. No entanto, aqui em Minas Gerais, o Zema está incentivando esses prefeitos violentos – como é o caso do prefeito de Ipatinga, como é o caso do de Valadares, como é o caso de todas as prefeituras cujos prefeitos dão apoio a Zema – a privatizarem o saneamento, e o povo pagar uma conta de água cara, sem ter água e, pior, uma água que não tem qualidade. Essa é a política para o saneamento. É esse o indutor de políticas que deseja o Zema.

Por essa razão, a gente vai também trazendo outras questões que são tão graves quanto essa da privatização. A gente trouxe um debate há pouco tempo, e vamos continuar com ele, sobre a privatização das companhias públicas, como é o caso da Copasa e da Cemig. Aqui bem lembrou o Professor Cleiton, quando chamou atenção que até para colocar barragem que está em risco de rompimento sob a tutela de uma Cemig que hoje está de joelhos para um governador que já vendeu o lítio três, quatro, cinco vezes... Um dia foi lá no Rio de Janeiro e exportou um contêiner cheio de lítio; no outro dia, foi lá para os Estados Unidos vender o mesmo lítio; e depois fugiu daqui do debate, como tem fugido das cidades. Não foi em Ipatinga, outro dia não foi em Patrocínio. Ele começou a vender tudo, igual àquele povo que vende lote na lua. Ele está vendendo o lítio duas, três, quatro vezes.

Tudo isso por quê? Nós temos, em Minas Gerais, empresas públicas que foram dilapidadas, destruídas do ponto de vista do seu patrimônio, do ponto de vista da sua gestão, para que Zema empreenda a privatização da Cemig e Copasa. Por isso o plebiscito que também foi uma consulta nas comunidades foi tão importante para a gente saber como é que o nosso povo pensa. Queria lembrar que ele quer ainda tirar desta Assembleia Legislativa essa importante votação, que precisa ter 2/3 dos deputados para que tire do gatilho essa consulta pública no caso da privatização de empresas.

Então, do ponto de vista político, Zema é um arraso, é um atraso, é uma tristeza. Do ponto de vista administrativo, disse também aqui o Professor Cleiton, que há 2.400 a.C, somada à era cristã, o Zema não consegue nem manter elevador para os servidores da Cidade Administrativa. O Zema – concluo – é um atraso de mais de 4.000 anos na mentalidade política da humanidade.

Infelizmente foi o governador eleito, reeleito, no 1º turno, com uma votação que nos chamou muito a atenção. É muito objetivo a gente pensar que, nestas eleições de 2024, prefeitos corruptos, prefeitos que praticam a política do negacionismo do Zema, que negam a política, devam ser derrotados nas urnas, para que a gente não tenha apoio dessa gente para um governador biônico, fictício e canalha.

Eu peço também para que a gente possa agora tratar de outros temas importantes e ocupar este espaço com todo o cuidado, para que a gente tenha aqui um debate amplo sobre o que está acontecendo em Minas Gerais. Primeiro agradeço aos que aqui estão, no Plenário, deputados e deputadas que aqui estão no revezamento, que não arredam pé de promover um debate que é, para nós,

salutar neste momento político. E aqui também, nas galerias, tem gente que está sem se alimentar, que não tomou o café da manhã, mas que vai garantindo também a sua segurança alimentar permanecendo aqui. E vamos ficar até às 8 ou às 10 horas da noite, se for preciso. Nós vamos manter a nossa coerência enquanto Bloco Democracia e Luta, para que a gente possa avançar no debate e desmascarar de vez esse governador.

Nós também temos hoje uma grande reflexão a fazer em relação ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho, ontem. Para nós, o que há, em curso, em Minas Gerais é um projeto de desmonte das comunidades, de ameaça, o que, para nós, é motivo de muita preocupação. Para além das barragens, que hoje estão com o discurso de que estão fazendo exploração a seco, nós estamos encontrando, nas nossas comunidades, exatamente essa ameaça, como na comunidade de Conceição do Mato Dentro, que já foi deslocada duas vezes exatamente por conta da falta da água, porque a mineração retira a água, rebaixa o lençol freático, retira a nascente, retira a possibilidade de vida no território. Por essa razão, aquelas comunidades, no caso, a de Conceição do Mato Dentro, já foram realocadas mais de uma vez e agora estão sob ameaça de terem que sair desse território por conta dessa política, infelizmente.

A gente também tem que trazer a denúncia: o Ministério de Minas e Energia, sob o comando de Alexandre Silveira, continua também a passar a mão na cabeça das mineradoras. Não é só o governo Zema, mas também uma política do ministro Alexandre Silveira, que, infelizmente, está em curso, colocando as mineradoras acima dos interesses das comunidades e do povo mais pobre de Minas Gerais. Nós denunciemos e repudiamos um ministro que reproduz, no governo Lula, o mesmo que faz Zema em Minas Gerais. Nosso repúdio ao ministro Alexandre Silveira, e que Lula saiba que não se pode colocar gente irresponsável, que pensa no lucro acima da vida à frente de um ministério tão importante. Esse é o motivo de a gente também não deixar de lado a nossa coerência e colocar o dedo nessa ferida.

E aqui as mineradoras já vão chegando com seus representantes. Já chegou um, e vai chegar outro. Vai chegar e falar que os óculos dele são a mineradora, que a aliança que está no seu dedo... O outro fala que o jeans precisa da máquina de tear. É assim. E então a gente quer dizer para o Gustavo que nós sabemos que toda a riqueza foi constituída de modo natural para que a gente fizesse uso racional. Por que comunidades buscavam no rio apenas o peixe que comiam? Por que os ensinamentos para a sobrevivência humana estão sendo deixados de lado, quando a mudança climática já demonstrou que é irreversível essa situação? Então eu dialogo com o diferente, e diferentemente de Zema, que quer a morte daqueles que não querem votar com ele, concedo essa aparte ao querido deputado Gustavo Santana.

O deputado Gustavo Santana (em aparte) – Deputado, obrigado pelo aparte. Deputado Leleco Pimentel, nossa presidente Leninha, senhoras e senhores deputados, eu tenho a honra, deputado, de ser representante, sim, das mineradoras na Assembleia Legislativa, porque as mineradoras fazem um trabalho sério. E se houvesse mais mineradoras trabalhando no Estado, teríamos mais recursos nos cofres públicos para dar dignidade aos nossos servidores públicos.

O deputado Leleco Pimentel – Deputado Gustavo, agradeço a V. Exa. por dar uma animada no nosso povo aqui, porque parece que meu discurso já estava ficando até um pouco esquecido. E por esta razão, eu até gostaria de debater com V. Exa. por mais alguns minutos, porque isso... Pessoal... Pessoal, nós estamos aqui diante de um debate na Casa do povo. É na Assembleia Legislativa que é importante a gente ver quais são os conflitos de interesses que estão aqui. Quando vocês ouvem o debate da mineração, ficam pensando: “Do que esse deputado está falando?”. E aí vocês veem o porquê as pessoas votam no projeto de lei do Zema. É porque ele mantém os privilégios, é porque ele mantém os interesses daqueles que são o poder econômico. Então, vejam só: o deputado Gustavo Santana, que me fez esse aparte, merece toda a minha dedicação para eu dizer o quanto penso contrariamente ao que ele disse. Sabem por quê? Nós estamos em um Estado dilapidado, e hoje estou vendo a discrepância que tem causado a mineração, que não paga imposto, porque a mineração não paga imposto, paga apenas os royalties daquela produção que vai embora: o minério, o ouro, a água. Eu quero ver o dia em que vamos escutar as pessoas virem a este Plenário para dizer: “Não precisava de a gente ter acabado com esse minério e ter acabado com essas comunidades, porque hoje o minério foi embora – porque é uma safra só

– e não ficou nem gente nem história”. É essa a razão para a gente vir a este Plenário denunciar todos os dias que agrotóxico, agronegócio, mineração, corrupção e poluição estão num bojo só, e é no bojo do Zema! É no bojo do Zema que isso tudo está!

Para dialogar com as nossas comunidades, é que nós, que recorremos aqui à letra do Gonzaguinha no início desta fala, perguntávamos: “Como é e quanto é para se viver?” Porque o que nós estamos tratando enquanto alimento e subsídio para o nosso transporte, para a nossa sobrevivência e a sobrevivência da nossa família, aqueles que estão no governo estão tratando de cifras escandalosamente maiores. Ou vocês estão se enganando e achando que o Zema só busca lá no governo o que ele tem na despensa para comer? E vocês se enganam achando que Zema come é pão de queijo mesmo? Ninguém aqui se engana. Ele está enchendo a mesa de muita gente aí de caviar. Muita gente aí, infelizmente, não está conseguindo nem andar com os carros deles pelas ruas de tanto problema de trânsito. Estão nos helicópteros, estão andando de aviãozinho, de jatinho particular. Esses são os que comandam com a alta sensibilidade o pequeno salário da grande massa de trabalhadores. E é imoral, além de injusto, antiético, desumano, um processo de debate em que as pessoas têm que suplicar pela esmola de um salário. Vai à mídia dizer que aumentou em 1% enquanto ele aumentou o dele mesmo em 300% aqui, nesta Casa. É uma covardia! Alguém disse aqui que o salário dele estava tão baixo que justificou aumentá-lo em 300%. Vocês se lembram de que, quando o Zema entrou no governo há seis anos, ele disse que era rico, que as suas lojas mequetrefes sustentavam o bolso dele. Então por que ele aumentou em 300%? Por que as lojas quebraram? Ou por que ele, agora, não tem mais como sustentar esse discurso hipócrita, populista, demagogo? Que o povo, agora, pelo amor de Deus, pare de reproduzir fake news, porque a fake news elegeu aquele fascista inelegível, assim como reelegeu, em Minas, esse desgoverno, esse pinóquio chamado Zema.

Vocês estão percebendo também que, se fosse em outro tempo, só de eu xingar o Zema aqui com algumas palavras um pouco mais fortes, já haveria gente pedindo artigo não sei quanto. Comissão de Ética. Acabou, foi tudo para as cucuias. Eu quero ver o deputado que vai aqui me pedir agora Comissão de Ética porque estou falando o que todo mundo sabe.

Então ontem a gente assistiu a cenas de barbárie e de violência física entre deputados. Inclusive, isso acometeu a nossa Luiza Erundina, que, com quase 90 anos, foi agredida na Comissão de Direitos Humanos. Mas aqui nem para encarar a gente, nem para olhar no nosso olho, nem para pedir Comissão de Ética, porque é tamanha a vergonha que os deputados da base de Zema têm de defender esse canalha!

É por essa razão que nós estamos aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mais desvestidos do que nunca, mais iguais do que nunca. Mas eu vou dizer que existem diferenças. Os deputados do Bloco Democracia e Luta possuem, por lei, recursos de emendas que vinculam a obrigatoriedade de o Estado levar o recurso para onde ele é apontado, e o Estado não pisa. Mas não é igual para todo mundo, não! Há deputado aqui que já ultrapassa a casa dos R\$100.000.000,00 de indicação do governo Zema, além das superintendências, além de servidores, que, se estiverem trabalhando, louvado seja! Mas há gente que nem comparece. Aliás, eu quero pedir perdão. Não podemos culpar os servidores de não comparecerem ao trabalho. Onde não há elevador nem condição de ir como é que o servidor vai servir? Essa é mais uma das questões importantes de trazermos. E não é uma igualdade que nos coloca aqui para debater, mas, sim, as diferenças; e, nessa diferença, a gente tem de colocar os dedos – todos – na ferida, porque o meu dedo não está sozinho aqui. A votação de cada um dos deputados e da representação das lutas que têm precisa vir à tona e ser colocada em alto e bom som no Plenário da Assembleia Legislativa. Por essa razão que conversar como a gente fala no dia a dia pode parecer estranho para muitos, porque a maioria do tempo a gente está votando projeto de lei, está lendo, está elaborando. Mas, quando vimos para conversar a língua do povo, aí é que vemos que estamos do lado certo da história. (– Palmas.) Eu subo aqui, saio deste Plenário, ando sem carro pelas ruas e me sento em qualquer restaurante e em qualquer bar com a cabeça erguida, porque não vendi a minha alma, não vendi o meu corpo e não abaixo a cabeça para Zema. Desculpem-me aqueles e aquelas que precisam vender o corpo para colocar comida em casa. Eu os respeito profundamente. Não quero comparar aqui nenhuma misoginia e nenhuma forma de preconceito. É porque aqueles que vendem a alma estão condenados a ir para o inferno. E qualquer religião sabe disso!

Por essa razão estamos também aqui trazendo as contradições do governo do agrotóxico, do governo que se ajoelhou para as mineradoras, do governo que se ajoelhou para as isenções fiscais que ultrapassam R\$7.000.000.000,00. E a secretária de Planejamento tem o desplante de dizer que o aumento para os servidores custará na casa de R\$560.000.000,00 por ano enquanto eles isentaram as empresas que estão lucrando em R\$7.000.000.000,00. Então não me venha, deputado, dizer que a mineração é que vai colocar o salário dos servidores. O que vai colocar o salário dos servidores na vida digna e na Justiça é o voto de cada um e de cada uma aqui, que não deve seguir Zema, porque é injusto. Não é a mineradora que vai melhorar a vida daqueles e daquelas que ela expulsa do território. Não é a mineradora que vai melhorar salário e política pública, porque eles exploram o mais rápido possível e vão embora. E o servidor? O servidor permanece. Pessoas que estão aqui há 25 anos, 30 anos... Existem mineradoras aqui que não passam três, quatro, cinco anos numa comunidade. Exploram tudo, matam, degradam, excluem e deixam a morte como rastro; esse rastro perverso daqueles que não têm alma e que, eu tenho certeza, estão condenados a ir para o inferno de fato.

Eu queria só trazer um fato aqui. Olhem só: a captação de dinheiro do agro pela Embrapa... E aqui eu quero lembrar mais uma vez que as empresas públicas, não só as do Estado, mas também as do governo federal, também estão caindo nesse engodo. A Embrapa hoje está gerando várias preocupações porque, para driblar a escassez de financiamento público, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária vem apostando em estudos bancados com o dinheiro do agronegócio. Gente, imaginem a Uemg hoje sendo administrada por mineradoras e com recurso de empresa privada? Então pensem: por que ele está destruindo a vida dos servidores e da própria universidade? Quer transformar a nossa universidade pública em algo de que o negócio, o agronegócio e a mineradora vão tomar conta para aumentar ainda mais o lucro voraz daqueles que não têm fundo! Por que a gente faz uma comparação com a destruição das empresas públicas, como é o caso da Copasa, da Cemig, da Codemig, da Codemge, em Minas Gerais? Porque a fase mais evoluída de quem quer privatizar e colocar na mão do negócio e daqueles que lucram é exatamente a de desmanchar as empresas.

Mas eles não conseguem fazer isso diretamente com a educação! Eles precisam criar artimanhas, artifícios para poder chegar e tentar transformar. Alguns tentaram, quiseram impor uma escola cívico-militar, mas o Zema e aqueles que hoje querem tomar as empresas públicas e as universidades públicas têm o desejo de que a mineração, o agronegócio e os setores econômicos não só invadam o setor de pesquisas, mas também substituam os professores. Não é à toa que os cursos de humanas, como o nosso... Eu me formei em história, na Universidade Federal de Ouro Preto. Eu tenho certeza de que o ataque às áreas de humanas também é uma outra proposta política em curso. Eles querem acabar com a matrícula das áreas de humanas para que os cursos altamente rentáveis sejam tomados por essas empresas. É por isso que professor, servidor público quando se entende numa só classe... E aqui eu quero chamar a atenção para o momento que nós estamos vivendo. Quem de nós aqui achava que ia estar no Plenário discutindo o aumento de servidor junto com os servidores da segurança pública, de quem sempre nós tivemos uma desconfiança e temos a certeza de que são utilizados como um braço repressor do Estado?

Então, é importante a gente analisar esse momento da política como um momento ímpar para que a gente aumente o nosso nível de consciência de classe. E é por essa razão que a gente está conseguindo desmascarar tanta gente e que a votação apertada que aconteceu na terça-feira, nesta Casa, está sendo reproduzida e mantida aqui, neste Plenário. Quando a gente nota que os servidores, bombeiros, polícia científica, Polícia Civil, Polícia Militar e aqueles que cuidam do sistema penitenciário hoje estão gemendo, com dores de parto, por salários miseráveis – inclusive, um pouquinho melhor do que aqueles da educação e dos demais servidores –, a gente lembra que esta consciência de classe pede àqueles que nunca olharam para os de baixo que possam olhar, pois estão todos no mesmo andar. Não é só porque não há elevador para subir, é porque nós nunca sairemos desta consciência se nós continuarmos divididos numa luta tão importante como é a luta salarial. Já que o mundo capitalista exige a troca do trabalho pelo salário ou pela manutenção da vida, que esta vida tenha dignidade e que tenha a mesma justiça que tem para os grandes! Que a gente consiga, no mínimo, ter a dignidade da vida garantida com o salário de servidores.

E é por isso que a gente pode discorrer ainda mais para tratar aqui da destruição do Estado, como tem acontecido em setores estratégicos. Os servidores da saúde em Minas Gerais, da Rede Fhemig, os servidores que estão nesta Casa há mais tempo também lutando para que não sejam perseguidos, inclusive, no seu direito sagrado, no seu direito legal de fazer greve, trouxeram um grande ensinamento para a gente. A Rede Fhemig, que teve os técnicos em enfermagem... Até aqueles que, inclusive, cuidam do administrativo e os terceirizados estão passando por chantagem, corte de pontos de serviço. Está sendo retirado deles o direito de lutar por melhorias de condições de trabalho. Aqueles que fazem regime de plantão... Nós queremos lembrar aqui que retiraram até o direito das mães, mães que têm filhos com transtorno do espectro autista, mães que têm crianças especiais, pessoas que estão em condição de enfermidade pela própria condição do trabalho, para recuperar a saúde dos outros, todos esses servidores estão sendo penalizados e, quando vão procurar amparo na Advocacia-Geral do Estado, ela vem dizer da inconstitucionalidade, vem dizer que Minas não tem ultrapassado o limite do teto constitucional e que isso vai lhe imputar um crime constitucional... Isso tudo é mentira, porque a Advocacia-Geral do Estado está advogando na causa do governador, embarcou na causa de ser contra servidores e servidoras; embarcou na causa de promover injustiça, dando um ar de justiça a seus pareceres, que são para nós verdadeiros crimes contra os servidores públicos.

E aqui também, em Minas Gerais, é bom dizer que há um “engavetador-geral”; há um procurador-geral em Minas Gerais que engaveta tudo. É claro que os deputados gostam de, de vez em quando, ir lá na posse do procurador-geral do Estado, mas pergunto a eles se, com relação àquilo que a gente leva para poder ser averiguado, para poder ir para a mesa de negociação, existe algum encaminhamento sendo feito. É por isso que nós não podemos deixar de culpar também o senhor procurador do Estado, Dr. Jarbas, porque ele não se envolve nessas questões para poder passar pano pra situações do governo, um governo que comete crime atrás de crime. Este é o governo Zema.

É claro que o nosso discurso é longo, mas tem a responsabilidade daqueles que já vivem de perto há muitos anos a política. Eu, quando fui servidor da Assembleia, em 2003 – minha matrícula é 12552 –, no mandato do hoje deputado federal Padre João, que era deputado estadual, há 22 anos, trouxe para esta Assembleia Legislativa muitas lutas, que hoje a gente continua a defender porque a situação do mundo parece ter piorado. Nós estamos tratando de um mundo cada vez mais com agrotóxico. Em Minas Gerais, parece que isso está tão naturalizado que tem gente até oferecendo repolho cheio de veneno que causa câncer e comendo na nossa frente, naturalizando tudo, como se amanhã e depois de amanhã não fossem os dias do resultado desse câncer aparecer. Hoje tem uma feirinha aqui na Assembleia. A gente conhece quem é agricultor familiar e agricultora familiar que produzem na base da agroecologia e, portanto, oferecem a garantia daquele alimento orgânico. Mas a grande maioria que não produz para a nossa mesa está exportando com agrotóxico, assim como jogando agrotóxico nas nossas águas. A contaminação das nossas águas em todos os municípios de Minas Gerais ultrapassa aquilo que é minimamente, minimamente tratado em termos mundiais. Nós já ultrapassamos todos os limites de contaminação do meio ambiente; nós já ultrapassamos todos os limites de tolerância com o agrotóxico que entra na nossa boca, nos envenena e depois obriga a gente a ir na farmácia comprar o remédio da mesma empresa que botou o agrotóxico na nossa boca. Esse é o retrato de uma política falida que mata. É por essa razão que tudo isso está associado ao governador Zema. Ele recebe palmas de todo o setor do agronegócio. Zema recebe palmas dos bancos; Zema recebe palmas dos prefeitos que estão encalacrados e de joelho para as mineradoras; Zema recebe palmas do setor que está explorando a energia elétrica e que proibiu a Cemig inclusive de liberar a energia solar para os pequenos; Zema recebe aplausos daquele setor que quer a privatização do saneamento ambiental e quer levar e acabar com a Copasa, jogando a empresa no lixo e colocando as suas empresas e os seus consórcios; Zema recebe aplausos do setor da construção civil, que não tendo casa popular para oferecer para os pobres, está lucrando – os bancos estão lucrando mais, porque o povo está endividado; Zema recebe aplausos daqueles que quebraram o serviço de transporte público, porque essas latas velhas de caminhão que têm carroceria já não servem mais de referência para a mobilidade urbana. Então, gente, há algo muito errado. Todos que batem palma para o Zema estão cada vez mais ricos. E de onde saíram os votos desse governador que foi reeleito no primeiro turno? Saíram exatamente de um processo de negação da política, onde quem escarrou, quem cuspiu ficou com a política inteira para

si e devolveu para nós a repressão, o aumento da tarifa, o aumento do preço das coisas. Nós estamos vivendo, em Minas Gerais, o oposto do que a gente entendia ser um governo eficiente. O que há de eficiente? O lucro. Existe uma forma de mensurar a eficiência para quem cuida de negócio melhor que o lucro? Quando chega o lucro, você justifica tudo. Por exemplo, se os setores minerário e elétrico estão lucrando, enchendo o bolso dos acionistas, que nem sabem qual comunidade está sendo afetada, vocês acham que aquela licença ambiental que estava sendo analisada passa a ter mais dificuldade ou fica mais fácil e é aprovada logo? É por essa razão que destruir o serviço público e colocar seus apadrinhados e apaziguados... E aqui eu quero dizer para a Chiara que o que aconteceu com ela, para mim, é uma violência política. Mas eu não tenho nenhum dó da deputada Chiara, pelo fato de ela ter perdido os cargos de confiança no governo. Não tenho nenhum dó e disse isso para ela hoje. Enquanto os deputados fazem negócio com o Executivo, o voto fica comprometido. Então, que ela, que já se livrou das amarras do governo Zema, permaneça livre. Assim, o nível de consciência de cada deputado que viu a deputada mais jovem desta Casa e mulher ser ofendida com uma chantagem, com uma violência política tão desvelada... A gente não pode aqui confundir as coisas. Há aqui aqueles que concordam que deputados devem deter cargos políticos para poder votar com o governador. Nesse caso e em muitos outros, o voto dos deputados promove morte, promove injustiça e faz com que esse governo ache que está certo, porque, tendo a maioria dos votos, fica tudo justificado também. Quando a coisa aperta, o desespero de Zema é tamanho que ele não tem escrúpulo. Ele desce aquela máscara de bom moço, daquele sorriso do pão de queijo, do lavador de vasilha, daquele que é bom moço, da camisa das lojas mequetrefes, e sem nenhum pudor, demite com o dedo sujo de sangue. Muitos morrerão por falta de recurso para comprar o remédio; muitos morrerão por falta de recurso para comprar comida, porque tem que comprar remédio; muitos morrerão porque não conseguirão, com a doença mental que o Zema causa, ir para o trabalho. O Zema adoce a mente dos servidores, o Zema adoce o corpo das trabalhadoras, o Zema acaba com o Estado e, infelizmente, faz com que muita gente descrente da política cada vez mais se distancie dela. Mas não é assim que a gente resolve na política. Quando a gente se aproxima mais da política, a gente fica mais responsável.

Nesses dias eu tenho pensado muito, li muitos artigos que dizem que não é pela inclusão em políticas sociais que se eleva o nível de consciência. É verdade! Não é recebendo uma casa do Minha Casa, Minha Vida que alguém deixou de votar no inelegível; não é estando no CadÚnico, para ter acesso a várias políticas públicas, que muita gente deixou de se enganar e votou no inelegível e no Zema.

O que eleva a nossa consciência é a nossa capacidade, enquanto sociedade, de empreender um processo cultural que seja formativo, organizativo e que tenha condições de aprender com a luta dos servidores e das servidoras públicas, com os sindicalizados, com aqueles que nunca deixaram o seu ego ficar maior do que o coletivo. Isso é aprender também e faz bem para a política. A política exige de nós um exercício de alteridade e um exercício coletivo de formação. É por isso que quem está dando aula, e não vai perder nenhuma luta enquanto estiver lutando, são as lutadoras guerreiras e os guerreiros dos sindicatos e dos movimentos populares, porque quem já perdeu essa guerra é o individual, o ditador, o governador que não vai ser eleito nem para presidente de bairro, se Deus quiser. Mesmo porque acho que aquele ali não se referencia em bairro. Não, não, perdão, lembrei-me. Há sim. Há até um asfalto que leva lá para as bandas de Araxá, para a casa dele, mas não foi ele quem fez o asfalto com o dinheiro das lojas. O dinheiro do asfalto saiu dos cofres públicos. O rancho do Zema! Quem já ouviu falar? É verdade, quase que me traio, Prof. Betão. Todas as denúncias em relação a Zema começam agora a ser juntadas, como que num quebra-cabeça, para as pessoas entenderem que foi construída uma imagem meio superficial de um ser que não era político, falou que não era e virou político, mas que deixa na mão de todos aqueles que querem lucrar com o governo as decisões. É por isso que Zema demora a aparecer. Quando ele foi chamado à responsabilidade sobre o Regime de Recuperação Fiscal, o que ele fez? Cascou o fora para a China, para os Estados Unidos, picou a mula. Depois, como se recriasse uma narrativa, dizia que era o governo federal que estava com a responsabilidade. Quando ele viu então o deputado Tadeuzinho e o senador articulando com o Haddad para poder criar outras bases para o Regime de Recuperação Fiscal, o que ele falou? “Nunca fui procurado.” Um sujeito que se escondeu atrás de um prédio em Brasília para dizer que, quando soube que era um ato político para o qual Lula o convidou, iria voltar, que iria embora.

Então, temos a negação meio como um mosaico que vai destruindo essa imagem de bom moço e que vai trazendo a possibilidade de dizermos quem é Zema. Não dá para descascar a pessoa do testemunho. Desculpem-me quando às vezes xingo a pessoa, mas a gente não é aquilo que faz? Há alguém aqui que é aquilo que não faz? Só se for *fake news*, não é verdade?

Então, o testemunho que Zema traz para a política é um testemunho de alguém que só quer o lucro em cima daquilo que não construiu e daquilo que não é privado. A confusão entre público e privado nesse governo ultrapassou a casa da corrupção. Ele mantém no governo aquele que trabalhou pela desestatização, que foi lá quebrar o Rio de Janeiro com o Regime de Recuperação Fiscal que fez lá, veio para Minas Gerais, virou secretário, mas agora continua recebendo jetom. Ele não mandou embora, não! Aqui no governo ninguém cai para baixo, cai para cima. Vocês se lembram do Igor Eto, secretário de governo? Ele agora, além de ficar livre de deputado, de encheção de saco, de diálogo, está lá no BDMG, ganhando mais, tomando café. Está até mais gordo. Então, no governo Zema ninguém cai. Estou até desconfiado de que a Chiara vai virar secretária. Estou até desconfiado de que a Chiara vai virar secretária e não demora, porque quem enfrenta Zema sobe, menos o Bloco Democracia e Luta e os servidores e servidoras, porque não temos rabo de palha. Se botar fogo, não pega no nosso rabo, mas tem gente que não pode manter a coerência. Nessa mesma razão, mantemos aqui também uma relação em que a construção de consensos na Assembleia Legislativa exige de nós muito, muito diálogo. Não foi pouca e não foi menor a votação dos deputados que se somaram aqui na terça-feira. Chegamos a ter a diferença de um voto, mas sabemos também que, se chegasse mais um voto nosso, apareceriam uns três aí debaixo das pilastras. Podem ter a certeza disso. De vez em quando, há uma queimação de deputados que estão de licença médica ou de outra forma. Colocam nos jornais, numa narrativa que é como se estivessem fugindo da votação. Há os que fogem mesmo, e podem saber que têm rabo preso, mas a gente tem aqui uma leitura do que é a construção de consenso. Jamais pensei que a esquerda e gente da extrema-direita votariam numa só situação. Só pode ser por um elevado nível de consciência que se deu quando entendemos que havia uma consciência de classe. Até vão dizer que sou marxista, comunista, que sou, no máximo, socialista, mas, de fato, não foi a união dos servidores, enquanto classe trabalhadora, que produziu um consenso maior da votação, gente? Então, isso não quer dizer que Marx está morto, gente! Ele vive! Vive porque nós, na práxis, temos aqui a repressão do Estado em relação às representações...

Olha, agora estou até andando cumprimentado todos os policiais. Estou abraçando os policiais. Quero destacar muito.

Quando vi uma propaganda da Polícia Civil dizendo que o aumento do número de homicídios e da violência se dá pela ausência desse servidor, que é uma política pública que diminui o risco de violência da sociedade, falei: “Gente, esse povo é danado, é um povo que sabe que sem ele não há políticas públicas. Parabéns!” Quando vi os servidores da Uemg confeccionando um caixão na porta do BDMG, talvez para Igo Eto ou para alguém que lá estivesse, pensei assim: “Não sabem que muitos dos deputados que passam por aqui gostariam de ficar aqui o dia inteiro, eu mesmo”. Por isso me comprometi que em todas as lutas a gente se faria presente, porque o voto vocês já têm, já sou convertido, porém é preciso a gente convencer mais alguns. É isso!

A gente tem condições de permanecer aqui. Eu não preparei discurso nenhum, a folha que está aqui é só enganação minha. Eu fiquei falando aqui durante 1 hora, porque nós temos aqui condição de trazer a reflexão sobre o que a gente vive. A gente tem condições de consciência, de defender as bandeiras que defendemos, a gente tem condições de olhar olho no olho com cada servidor e servidora, porque nós não vamos abaixar a cabeça para Zema.

Eu já mantive fala aqui por mais de 1 hora sem ninguém para ouvir. Hoje, quando vocês estão aqui, mais feliz estou porque eu sei que estou do lado certo da história. Eu tenho certeza de que vocês vão se manter aqui a cada discurso que me sucederá, porque os que virão aqui trarão também importantes reflexões, que vão trazendo quase que um desgaste físico, mas vão também nos permitindo contar a história, porque daqui ninguém de nós sairá derrotado, senão aqueles que votarem com essa proposta canalha que o governador trouxe para esta Casa, fingindo para o povo.

O ano de 2026 está aqui, mas nós não podemos perder de vista 2024. Não votem em canalha para prefeito nem para vereador, porque esses é que dão sustentação à representação na Assembleia, na Câmara, no Senado e também nos governos de estado

e no governo federal. Não vamos nos esquecer de que as eleições de 2024 exigem da gente muito mais presença, porque essa composição de forças que aí está é uma derrota para todos nós. Ainda permanece o resquício do negacionismo, mas aqueles que estão no governo ou que estão nos parlamentos, defendendo essas causas antidemocráticas que, de fato, nada têm a ver com a do povo, como debates etéreos, em que estão tratando a questão se o banheiro tem que ser feminino e masculino ou se tem que usar peruca em Plenário. Isso é um escárnio para a política de fato, porque nós temos aqui condição de fazer um debate sobre a real situação da pobreza.

Aqui foi subjugado o povo por um projeto político que está em curso em Minas, que está em curso também por aqueles deputados e deputadas que continuam a se utilizar do recurso público para enfiar emenda parlamentar para alimentar a corrupção.

Por fim, como eu me lembrei do filho, que é o nosso querido Gonzaguinha, mineiro por cidadania, eu quero terminar o meu discurso falando do pai. Já que estamos no mês de junho, quero falar de Luiz Gonzaga, o Gonzagão. Se o Gonzaguinha nos trouxe a reflexão da vida cotidiana, numa habilidade com as letras, o nosso querido poeta sanfoneiro, o nosso Rei do Baião, o Gonzagão, nos trouxe também a sabedoria profunda, muito sintética. Quando ele trouxe aquela reflexão, diante da morte de Chico Mendes, que tornou-se uma canção que é quase um hino para os movimentos e para a agroecologia, ele tinha muita sabedoria, que vai nos valer muito para a política. Essa música que tem uma homenagem ao grande ativista Chico Mendes, mesmo sendo ontem o dia de homenageá-lo eu trago para esta sessão plenária a voz de Gonzagão com o Xote ecológico. Ele canta: “Não posso respirar, não posso mais nadar/ A terra está morrendo, não dá mais pra plantar/ Se plantar, não nasce, se nascer, não dá/ Até água da boa é difícil de encontrar/ Cadê a flor que estava ali? O Zema comeu/ O peixe que é do mar? O Zema comeu/ Meu povo onde é que tá?” O Zema não vai comer, não. Gente, se a gente não mudar o fim dessa música, a vitória vai ser dos canalhas, canalhas e canalhas. A vitória é do povo. Por isso, viva Gonzagão e viva a luta dos servidores e das servidoras! Viva o nível de consciência da classe trabalhadora!

Para terminar, todo mundo: Fora Zema!

O presidente – Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 e 3 a 18, que foram publicadas na edição anterior, e a Emenda nº 2, que foi publicada na edição do dia 5 de junho de 2024.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Caporezzo, que receberam os nºs 1 e 3; uma do governador do Estado, encaminhada por meio da Mensagem nº 134/2024, que recebeu o nº 2; nove do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 4, 5 e 8 a 14; uma do deputado Celinho Sintrocel e outros, que recebeu o nº 6; uma do deputado Ulysses Gomes e outros, que recebeu o nº 7; uma do deputado Lucas Lasmar e outros, que recebeu o nº 15; uma do deputado Sargento Rodrigues e outros, que recebeu o nº 16; uma do deputado Lucas Lasmar e outros, que recebeu o nº 17; e uma da deputada Beatriz Cerqueira e outros, que recebeu o nº 18; e informa, ainda, que a Emenda nº 2, do governador do Estado, foi incorporada ao parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e será arquivada nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno. A presidência, nos termos do § 3º do art. 189, c/c o inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as Emendas nºs 1, 4, 5 e 8 a 10, por conterem matéria nova e não estarem acompanhada de Acordo de Líderes; e informa que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as emendas recebidas serão submetidas a votação independentemente de parecer.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/5/2024

Às 15h14min, comparecem à reunião os deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a debater o programa de diversidade e inclusão implantado pela Santa Casa de Belo Horizonte, que tem como objetivo, segundo sua direção, “o compromisso de avançar constantemente na consolidação da transformação cultural, tornando-se uma organização cada dia mais segura, transparente, diversa e inclusiva”. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência registra a presença das Sras. Gabriela Cristina de Araújo Lima, gerente de Governança Corporativa, Compliance e Cultura da Santa Casa de Belo Horizonte; Izabela Silva Freitas, analista de Compliance Pleno da Santa Casa de Belo Horizonte; Raquel Rattón Alves de Sousa, superintendente de Relações Institucionais da Santa Casa de Belo Horizonte; Luciana Tameirão Caldeira de Araújo, superintendente de Governança, Planejamento e Auditoria da Santa Casa de Belo Horizonte; Flávia Rodrigues Cerqueira, superintendente dos Serviços Ambulatoriais do Hospital Santa Casa BH, do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte; e Dalva Margareth Damazio, advogada; e os Srs. João Costa Aguiar Filho, diretor Jurídico, Governança e Planejamento da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Padre João, deputado federa; e Elson Gomes Santana, coordenador da Kolping-MG – Obra Kolping Minas. A presidência concede a palavra ao deputado Leleco Pimentel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2024.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/6/2024

Às 15h37min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Bella Gonçalves, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Professor Cleiton (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Janaína Klemp, denunciando que não consegue visitar seu marido que está no presídio de Barbacena e solicita ajuda da comissão, e do Sr. Alessandro de Freitas Fernandes, denunciando que há anos vem sofrendo tortura psicológica por autoridades policiais de Santos Dumont, inclusive na Escola Caic do referido município, o que acabou agravando sua epilepsia. A presidência informa que foi redistribuída, para o deputado Betão, a relatoria do Projeto de Lei nº 4.092/2022, em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A deputada Andréia de Jesus passa a presidência ao deputado Professor Cleiton. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nº 1.160/2019 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Professor Cleiton, em virtude de redistribuição) e 1.110/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira, em virtude de redistribuição). O

deputado Professor Cleiton devolve a presidência à deputada Andréia de Jesus. Os Projetos de Lei nºs 181 e 502/2023, ambos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental da relatora, deputada Andréia de Jesus. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.776/2023 (relatora: deputada Andréia de Jesus), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.841 e 6.842/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência deixa de receber os Requerimentos em Comissão nºs 8.969, 8.981 e 8.982/2024, nos termos do art. 173, II, do Regimento Interno. A deputada Andréia de Jesus passa a presidência dos trabalhos ao deputado Professor Cleiton. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.976/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as violações de direitos humanos sofridas pelas famílias do Kilombo Manzo, localizado na zona leste da capital do Estado, e a perda de acesso ao território tradicional dessa comunidade;

nº 9.038/2024, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a defesa dos direitos humanos dos advogados, em especial os criminalistas, bem como iniciativas no âmbito da administração pública para garantir a segurança e o livre exercício da atividade, considerando os inúmeros crimes cometidos contra advogados no exercício de suas funções.

O deputado Professor Cleiton devolve a presidência dos trabalhos à deputada Andréia de Jesus. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 10 de junho de 2024, destinada a homenagear a primeira Igreja Batista de Minas Gerais pelos 120 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Oscar Teixeira, Fábio Avelar e Vítório Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a carga tributária e seu impacto no desenvolvimento econômico do Estado e do Brasil.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2024.

Roberto Andrade, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.188/2024

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Raul Belém, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Sirius Anjo Pet, com sede no Município de Uberlândia, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2188/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Sirius Anjo Pet, com sede no Município de Uberlândia.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, recolher e proteger animais abandonados e/ou maltratados; providenciar para eles atendimento veterinário, vacinação, castração; buscar lares para sua adoção; e conscientizar a população sobre seus direitos e sobre a necessidade de se coibirem os maus tratos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade em prol dos animais no Município de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.188/2024, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2024.

Gustavo Santana, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/6/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 10/6/2024, Manoel Barbosa Leite Neto, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Jorge Ali;

exonerando Ulisses Acacio de Alcantara, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

exonerando, a partir de 10/6/2024, Victor Dias Assis, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Edilberto Raimundo Rodrigues Moreira, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Flávio Lucio Siqueira, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Manoel Barbosa Leite Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Macaé Maria Evaristo dos Santos, Matrícula nº 28.873, no período de 4 a 11 de junho de 2024.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Alberto Pinto Coelho Neto, Matrícula nº 13.425, no período de 6 e 7 de junho de 2024.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

**ERRATA****EDITAL Nº 1/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/6/2024, na pág. 1, onde se lê:

“Resultado da Segunda Etapa Após Análise dos Recursos”, leia-se:

“Resultado da Terceira Etapa Após Análise dos Recursos”.

E, na pág. 2, sob o título “Aviso de Convocação para Apresentação de Documentos para Prova de Títulos”, no subitem 1.1, onde se lê:

“no período de 17 a 21 de maio de 2024”, leia-se:

“no período de 17 a 21 de junho de 2024”.